



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E
TERRITÓRIO-PPGCULT**

CASSYO LIMA SANTOS

**A LUTA PELA TERRA E CONFLITOS TERRITORIAIS NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO JONCON/TRÊS IRMÃOS, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

**Araguaína-TO
2018**

CASSYO LIMA SANTOS

**A LUTA PELA TERRA E CONFLITOS TERRITORIAIS NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO JONCON/TRÊS IRMÃOS, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território.

Linha de pesquisa: Poder, Natureza e Territorialidades

Orientador: Prof. Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva

**Araguaína-TO
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S2371 Santos, Cassyo Lima.

A Luta pela terra e conflitos territoriais no Projeto de Assentamento Joncon/Três Irmãos, Conceição do Araguaia-PA. / Cassyo Lima Santos. – Araguaia, TO, 2018.

96 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaia - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientador: Marivaldo Cavalcante da Silva

1. Territorialidade. 2. Assentamento. 3. Conflitos Territoriais. 4. Joncon Três/Irmãos. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


CASSYO LIMA SANTOS

**A LUTA PELA TERRA E CONFLITOS TERRITORIAIS NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO JONCON/TRÊS IRMÃOS, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-
PA**


Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca examinadora.

Data de Aprovação: 05/09/2018


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Mariivaldo Cavalcante da Silva (Orientador) -UFT



Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira (Membro Externo) -UEPA



Prof. Dr. Airton Sieben (Membro Interno) -UFT



Prof. Dr. Alberto Lopes Pereira (Membro Interno) -UFT

ARAGUAÍNA-TO
2018

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras
que lutam pela terra...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e principalmente a minha família, Manoel da Paz e Maria Nazir que desde criança me deram uma boa educação, podendo assim, construir um caminho na conquista não somente do título de Mestre, mas como pessoa. Muito obrigado pelo incentivo. Agradeço também ao meu irmão Lucas Manoel, pelo apoio e pelo estímulo.

Obrigado aos familiares que torceram junto comigo, desde as primeiras aprovações na seleção para Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território-PPGCult-UFT. A realização dessa etapa na vida acadêmica sem sombras de dúvidas foi conquistada pelo incentivo de vocês.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território que no diálogo com diversos autores nos permitiram tecer a partir do território e cultura novos olhares e abordagens. Fica aqui os meus agradecimentos aos docentes: Plábio Desidério, Jean Rodrigues, Antunes Medeiros, Dagmar Maniere, Luiza Silva, Elias da Silva, Márcio Melo, Kênia Rodrigues, Dernival Venâncio, Marta e Braz Batista Vaz.

Agradeço a todos os amigos do PPGCult: Mayza Holanda, Graziane Pitombeira, Fernanda Lagares, Katiúcia Nardes, Ítalo Amorim, Mariana Ribeiro, Andréia de Caralho, Sheyla Gonçalves, Izarete da Silva, Katiane Santos, Aloísio Bruno, Graziela Germano, Vinicius Margaria, Marcondes Figueiredo, Fernando Yalle, e Maria Leal.

Agradeço as contribuições dos professores que compuseram a banca de qualificação e dissertação final: Airton dos Reis Pereira, Alberto Lopes Pereira, Airton Sieben, pelas sugestões e pelo material disponibilizado para a pesquisa. Meu muito obrigado.

Agradeço ao meu orientador Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva pelas atenções, orientações e ensinamentos que vão além da vida acadêmica. Muito mais que orientador, tornou-se uma grade amigo, obrigado professor.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior CAPES pela disponibilização da bolsa, pois sem ela o andamento da pesquisa tornaria-se inviável.

Agradeço a toda a equipe da Comissão Pastoral da Terra, localizada no município de Xinguara-PA em nome de Ana de Souza Pinto, que permitiu o acesso as documentações. Bem como, fica aqui meu agradecimento aos trabalhadores e Trabalhadoras do Assentamento Joncon/Três Irmãos que me receberam com estima, contribuindo para a realização dessa pesquisa.

Está pesquisa, só foi possível, ser concretizada, a partir de um intenso trabalho coletivo, bem como pela abertura em poder adentrar as diversas memórias e histórias de vida de família, o que me possibilitou, com muita luta, desenvolver essa pesquisa.

Obrigado pelo apoio coletivo dos familiares, dos profissionais que passaram por minha formação e por aqueles que me receberam em seus lares e se propuseram a narrar suas emoções, seu modo de vida, seus álbuns familiares, seus documentos, grato aos trabalhadores do Assentamento Joncon/Três Irmãos.

Poema “Baiano Paraense”

O bravo e incansável rosto abatido
E de olhos profundos, que desde o
Nascer da aurora até os primeiros raios solar,
Já deixou suas roupas remendadas de suor molhar.
As fechadas matas de madeira e ervas de toda espécie,
Com cheiro de virgindade e pureza,
Incomparável se transforma em roças brocadas e derrubadas
Por mãos calejadas que mais parece estar cansado de segurar firme a foice, machado e o
cabo da enxada.
Os profundos olhares por outras lavaredas
De fogo e fumaça choram de ardor,
Salvador para salvar suas plantações e pastagens caras.
Luta com um guerreiro, que mais parece um corpo de bombeiro,
Que salva moradias e vidas no Brasil inteiro
É.. O bicho que deixará suas famílias
E terra que nascerá, para viver como guerreiro
Que luta para vencer e ter o que vestir e comer...
Depois dos primeiros pingos de chuva e
O brotar da primavera, anunciando o outono de fartura
De tantas frutas, o abatido sonhar que por
Outra terra já passou
E que sempre foi humilde
E todos patrões já humilhou
Agora no peito e na raça, no vai e vem das matracas
Que avisava o nascer de uma nova sagra.
A tarde de braços bambos e rosto cansado
Ele se despede da roça
Olhando para o poente
Depois cabisbaixo consigo mesmo até amanhã companheira
Quando o inverno ajuda a fartura
E profunda para todo mundo
Que desde o nascer do dia pega no cabo da enxada
Quando a seca só castiga e as plantações maltrata,
O incansável baiano paraense
Planta tudo de novo, rogando a Deus por socorro, para ajudar o seu povo
Que reza e faz penitência,
Pedindo a Deus chuvas, para saciar a sede das roças
E matar suas carências.
O calor do meio dia por entre mordida de formiga e ferrões de marimbondos,
Lavra a terra o imigrante já descendente dessa terra paraense.
As suas manhãs do calor, e muito suor por entre os
Olhares abatidos, sorrisos rodam
Já quase sem ver nada entre o poeirão da enxada
O Baiano se transforma em Conceicionense de naturalidade sul paraense

RESUMO

A LUTA PELA TERRA E CONFLITOS TERRITORIAIS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO JONCON/TRÊS IRMÃOS, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

Este trabalho analisa a luta pela terra, os conflitos territoriais e as territorialidades no Assentamento Joncon/Três Irmãos, município de Conceição do Araguaia, sul do Pará, entre a segunda metade da década de 1980 ao ano de 2017. Com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, construiu-se uma pesquisa através de um exercício interdisciplinar. Assim, desvenda os percursos do sujeito na luta pela terra e o enfrentamento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais frente a política agrária brasileira, que, capilarizado pelo capital contribui para (re) produção das mazelas sociais no campo. O assentamento Joncon/Três Irmãos está sendo territorializado, há mais de três décadas, porém a luta pela terra não encerrou somente com a aprovação do projeto de assentamento, mas outras lutas ainda permanecem, como melhores condições de acesso aos benefícios agrícolas. Mediadores, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRR) de Conceição do Araguaia, tiveram um papel importante, pois em parcerias realizam formações para os trabalhadores no campo, que percorriam desde a noções políticas ao uso do solo para os diversos tipos de cultivo. Migrantes de diversas partes do território brasileiro e desafiados pela descontinuidade de uma política voltada para interesses particulares não desistiram de implantarem os seus anseios na realização de possuir um território, para a subsistência de suas famílias. Na terra os trabalhadores, retira o sustento através da agricultura (abacaxi, arroz, hortaliças, entre outros) bem como através de pequenas criações de galinhas, porcos e vacas. A terra para os trabalhadores do Assentamento Joncon /Três Irmãos representa toda uma longa história de sacrifício, que rememorada através das narrativas (como migração, entaves para produzir, vínculo de afetividade com a terra) revela os motivos pelos quais permanecem na terra, o que simbolizam toda uma trajetória de vida no campo.

Palavras chaves: Território. Assentamento. Joncon/Três Irmãos

ABSTRACT

THE FIGHT FOR LAND AND TERRITORIAL CONFLICTS IN THE JONCON/TRÊS IRMÃOS SETTLEMENT PROJECT, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

This study analyzes the struggle for land, territorial conflicts and territorialities at the Joncon/Três Irmãos settlement, located in the Conceição do Araguaia municipality, south of Pará, between the second half of the 1980's and 2017. Applying a qualitative approach, bibliographic research and field work, the research was constructed through an interdisciplinary exercise. It, thus, uncovers the subject's pathways in the struggle for land and the confrontation of rural workers against Brazilian agrarian policies, which, capillarized by capital, contribute to the (re)production of social problems in the countryside. The Joncon/Três Irmãos settlement has been territorialized for over three decades, but the struggle for land has not ended only with the approval of the settlement project, as other struggles remain, such as better conditions for access to agricultural benefits. Mediators, such as the Pastoral Land Commission (CPT) and the Rural Workers and Workers Union (STRR), at Conceição do Araguaia played an important role, as they, applying partnerships, provided training for workers in the field, ranging from political notions to soil use for different types of cultivation. Migrants from several parts of the Brazilian territory, challenged by the discontinuity of a policy focused on private interests, did not give up implanting their longings aiming for the possession of a a territory for their family's subsistence. Workers take their sustenance from the land, through agriculture (pineapple, rice and vegetables, among others), as well as through small chicken, pig and cow rearing activities. Land at the Joncon/Três Irmãos Settlement represents a long history of sacrifice for its workers, recalled through narratives (such as migration, obstacles in producing, an affectivity bond with the earth), revealing the reasons why they remain on this land, symbolizing an entire trajectory of life in the field.

Key words: Territory. Settlement. Joncon/Três Irmãos

LISTA DE SIGLAS

CEBs-Comunidades Eclesiais de Base.

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

CPT-Comissão Pastoral da Terra.

DATALUTA-Banco de Dados da Luta pela Terra.

EMATER-Empresa De Assistência Técnica e Rural

GETAT-Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRA-Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDAN-Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MEB-Movimento de Educação de Base.

MST-Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terras.

PIN-Programa de Integração Nacional

PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

PT-Partido dos Trabalhadores.

STTR-Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

SUDAM-Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

UFT-Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Assentamentos do município de Conceição do Araguaia-PA	23
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-Assentamentos do Município de Conceição do Araguaia-PA.....	47
--	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-Igreja do Sagrado Coração de Jesus-Lote 8	63
Fotografia 2-Comunidade Sagrado Coração de Jesus-Lote 5	63
Fotografia 3-Trabalhador Rural entregando demandas do Assentamento Joncon em Brasília	71
Fotografia 4-Sede da Associação Joncon/ Três Irmãos-Lote 8 da Joncon-Conceição do Araguaia-PA.....	72
Fotografia 5-Primeira carroça conquistada pela Associação Colônia Joncon/ Três Irmãos.....	74
Fotografia 6-Territorialidade presente no cultivo-Pé de Laranja	74
Fotografia 7-Lavoura de Abacaxi-Assentamento Joncon Três Irmãos	75
Fotografia 8-Produção de Farinha-Assentamento Joncon Três Irmãos	75
Fotografia 9-Produção de Farinha, outubro de 1988.....	76
Fotografia 10-Extração de Tucupi-Assentamento Joncon Três Irmãos	76
Fotografia 11- Vila Lote 8-Assentamento Joncon Três Irmãos	77
Fotografia 12-Escola Fundamental de Ensino Fundamental Nova República-Lote 8	78
Fotografia 13-Quadra- Poliesportiva – Lote 8-Assentamento Joncon Três Irmãos.....	78
Fotografia 14-Apicultura-Lote 4- Assentamento Joncon Três Irmãos.....	80
Fotografia 15-Almofada para fazer renda-Atividade produtiva no Assentamento Joncon/Três Irmãos.....	81
Fotografia 16-Tear-Produção Têxtil-Assentamento Joncon Três Irmãos	81
Fotografia 17-Presente de Hortaliças no fundo dos quintais-Assentamento Joncon Três Irmãos	81
Fotografia 18-Criação de Galinhas da Angola	82
Fotografia 19-Criação de Porcos-Assentamento Joncon Três Irmãos	82
Fotografia 20-Filtro de Barro- Não deixou de estar presente, mesmo com a energia elétrica-	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I-TERRITORIALIZANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	22
1.1. Apresentando os sujeitos e lócus da Pesquisa	22
1.2 Da epistemologia as bases teóricas e metodológicas: uma construção interdisciplinar	26
1.3-Tecendo sobre Território e Territorialidades	29
1.4 Campesinato: Luta pela terra.....	36
CAPÍTULO II-TECENDO A QUESTÃO AGRÁRIA: TERRITÓRIO EM DISPUTA	43
2.1 Estrutura agrária e Luta pela Terra no Brasil	43
2.2 Conflitos agrários no Sul do Estado do Pará	44
2.3 Territorialização e Territorialidades do Assentamento Joncon/ Três Irmãos.....	49
CAPÍTULO III-TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO ASSENTAMENTO JONCON/ TRÊS IRMÃOS	57
3.1 Teologia da Libertação, Campesinato e Território: Em busca de uma reforma agrária.	57
3.2 A atuação da Comissão Pastoral da Terra no Assentamento Joncon/ Três Irmãos	61
3.3 O Papel dos Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no município de Conceição do Araguaia-PA	64
3.4 Associação da Colônia Joncon/Três Irmãos	72
3.5 Vila do Assentamento Joncon/Três Irmãos	77
3.6 A terra como símbolo: os sentidos e significados da terra para os Assentados.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

Discutir a problemática agrária vai além das reflexões sobre distribuição de terras, pois está ligada ao processo de ocupação e afirmação territorial, os quais estão conectados ao marco legal do estado e as políticas de ordenamento territorial (LITTLE, 2002). Nesse sentido, problematizar os conflitos, os percursos da luta pela terra na Amazônia é compreender as relações do homem com a terra, que são pautadas por diversas formas de poder e por agentes singulares, seja ele o latifundiário, o garimpeiro, o babaqueiro, o seringueiro, o castanheiro, o pescador, o indígena, o posseiro, o assentado, bem como do empresário, do fazendeiro e do Estado, entre outros.

A epígrafe desse trabalho revela muito sobre as discussões que essa pesquisa se propõe. O poema de autoria de José Marcos retrata o cotidiano do trabalhador rural que, a cada dia, procura sobreviver, daquilo que a terra lhe proporciona. José Marcos, é filho de migrantes Baianos que migraram na década de 1980 para o sul do Estado do Pará, fugiram da seca, migrando assim para a região amazônica. Nas primeiras linhas o autor afirma que o poema retrata “Uma mística realidade do imigrante que procurou seu lugar fora de sua terra natal e encontrou-se nas matas paraenses seu lugar, sua terra e seu lugar”. Este poema foi escrito há 20 anos e é guardado pela família com símbolo do que eles viveram e vivem no Assentamento Joncon/ Três Irmãos.

Nesse contexto será tecido assim uma construção interdisciplinar, que possibilite novos olhares e percepções da apropriação do território e as territorialidades advindas a partir da luta pela terra. Procura-se realizar um percurso, não como uma constante onde os fenômenos ocorrem de forma homogênea, mas entender as tramas e as relações que os sujeitos constroem, compreendo assim as territorialidades, pois na terra o homem percebe sua subjetividade, materializa seus anseios, cria vínculo com o lugar e realiza suas práticas culturais.

Houve várias razões para a integração da Amazônia ao contexto nacional, dentre elas, abrir novos caminhos aos mercados consumidores, incorporando assim a Amazônia como parte do mercado nacional; necessidade de expandir os mercados de trabalho, principalmente para a população nordestina; aproveitar o potencial mineral, madeireiro e pesqueiro com vista à exportação; atender a uma procura por novas terras por investidores de diversas regiões do território brasileiro; captar renda através de incentivos fiscais; bem ocupar a região para a “segurança nacional” (LOUREIRO, 2004).

Os conflitos provenientes da luta pela terra na Amazônia não são recentes, perpassa desde os primeiros ordenamentos territoriais tomados pelo Estado, bem como dos próprios sujeitos presentes nessas localidades, como posseiros, grileiros latifundiários, entre outros. Pois já havia uma migração para a sul do Pará, desde as décadas de 1950 e 1960, em buscas de terras férteis, eram famílias de diversas partes do território brasileiro, como Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Bahia. Ficavam assim agregados nas fazendas, trabalhando em diversas atividades. Pereira (2015) endossa que o fluxo migratório de famílias para região ocorria, devido a dificuldades econômicas e também climáticas de outras regiões brasileiras, e em muitos casos por motivos de violência, assim é enfático ao afirmar que, “ocorreram também conflitos em razão das ocupações de imóveis titulados ou aforados, principalmente os pertencentes às empresas privadas ou grupos familiares do poder local (PEREIRA, 2015, p. 79).

Desse modo os conflitos agrários na região sul do Estado do Pará, motivava-se pela disputa pelo mesmo espaço de terra, considerando também que nas décadas de 1970 e 1980 a disputa ocorria entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes e fazendeiros. Tais trabalhadores eram categorizados por eles mesmo, bem como pela Igreja, e por órgãos governamentais como posseiros, assim “[...] posseiro é aquele trabalhador que ocupa imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos de grandes empreendimentos agropecuários”, também enfatiza que posseiro também é um trabalhador rural (PEREIRA, 2015, p. 80).

Desse modo narrar histórias de vida, é de fato um papel que requer uma sensibilidade. As histórias e narrativas aqui tecidas, embaralha-se com os percursos familiares desse que constrói esse trabalho. No campo das geografias, do espaço, do território, do lugar, da cultura, da estrutura agrária, debruço-me em narrar as algumas memórias e inquietações. A cada narrativa dos camponeses compreendia as singularidades, me vi e identifiquei em muitas das falas se entrelaçarem com as histórias e trajetórias de vidas contadas por minha família, principalmente quanto os motivos pelos quais fizeram os interlocutores dessa pesquisa migrarem de seus locais de origem, na busca por uma terra produtiva e condições melhores de vida.

Nesse contexto minha avó paterna, migrou de Balsas-MA na década de 1950, para o Estado do Tocantins (antigo norte de Goiás), casando-se com meu avô paterno natural de Couto Magalhães¹. Meus avós maternos, nordestinos por exemplo, seguiram o

¹ Hoje Couto Magalhães é um município do Estado do Tocantins.

mesmo caminho, migrando de Uruçuí-PI, na década de 1960. Ambos territorializaram na Fazenda Juarina, latifúndio, que pertencia ao município de Couto Magalhães-TO (até então, Estado de Goiás). Em busca de terras para trabalho, enfrentaram os desgostos de uma vida árdua no campo.

Ao compreender a formação territorial da Amazônia, percebo a trajetória dos trabalhadores rurais, incluindo meus avós, que migraram com os discursos políticos para ocupação territorial na Amazônia oriental, sobre os discursos do “desenvolvimento”. A ocupação dessa região ocorreu de forma desordenada, com políticas territoriais descontínuas, onde atualmente, impulsionada pelo grande capital e multinacionais, ganha escala a fronteira agrícola (MARTINS, 1980). Assim, meus avós, percorrem um longo trajeto até possuir um direito de terra, podendo se fixarem e dela tirar o sustento para filhos e netos. Histórias de lendas, mitos, e os percursos de luta e permanência na terra, faziam parte das memórias das pessoas.

Meu pai natural de Balsas-MA e minha mãe de Couto Magalhães-GO, (atualmente Estado do Tocantins) nasceram do ambiente do campo, casaram e mudaram para a zona urbana do município de Conceição do Araguaia hoje. Porém as relações com o campo são constantes, permanecem presentes na culinária, ao cultivo de hortaliças e criação de animais no fundo do quintal, retomando as lembranças e vivência do campo.

Porém, mesmo com as dificuldades de produção no campo, meus avós, não pronunciava a palavra mudança. Continuava a tirar da terra o sustento para seus filhos e netos. Isso sempre me chamou atenção. Sempre me coloquei a disposição em ouvir as narrativas dos meus avós, que perpassam desde a ausência de políticas públicas para a produção agrícola a uma assistência técnica nos diversos tipos de cultivo na terra. Apesar das inquietações em conviver e ouvir atento as narrativas, não tinha o arcabouço teórico para poder compreender e analisar o que estava presente nas narrativas contadas por eles, o que era um entrave para compreensão do território, das territorialidades e a estrutura agrária do território brasileiro.

Ao cursar a graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, o curso técnico em Agrimensura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e a pós-graduação *latu sensu* em Economia Solidária pela Universidade Federal do Tocantins, depus-me com mais incisão, a atuação de professor pesquisador. Iniciado o processo de investigação, compreendo a dinâmicas espaciais e territoriais em diferentes projetos de Assentamentos no município de Conceição do

Araguaia-PA, município este onde passei grande parte da minha vida. Este município possui um dos maiores índices de violência do campo Brasil (CANUTO, 2016).

Realizei diversos trabalhos acadêmicos, destes levantamentos topográficos, a fóruns sobre discussões socioterritoriais sobre inserção de grandes projetos em áreas de assentamento. Compreender as contradições espaciais me inquieta em desvendar como o “espaço é transformado”, na perspectiva de (SANTOS, 2008) e como sujeitos “produzem território” na perspectiva de Saquet (2007) e Raffestin (1993). Bem como compreender como o território é pautado por forças de poder em suas diferentes escalas.

A partir das inquietações, ao conviver de perto com a realidade desses trabalhadores, propus a concorrer a seleção do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território na linha de pesquisa, poder, natureza e territorialidades. Sendo aprovado, e delineando o objeto de pesquisa iniciei o processo de investigação. Durante quase dois anos, convivi de perto com os as famílias do Assentamento Joncon/Três Irmãos, ouvindo suas demandas e coletando as suas histórias a partir de suas memórias.

Cada narrativa que coletava dos camponeses, tinha a certeza de que estava no caminho certo, pois foram, vários os momentos de emoções ao ouvir os detalhes esmiuçados de migrantes que, buscaram na região sul do Estado do Pará, uma nova forma de viver.

O território brasileiro sempre foi marcado por conflitos territoriais. Tem-se como um dos primeiros embates na disputa pela terra, os indígenas resistindo ao domínio dos europeus. Fazem parte da luta pela terra e pela liberdade no campo, lutas históricas a exemplo de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, dentre outros. São disputas que nos trazem a memória conflitos de trabalhadores que morreram na luta pelo direito à terra (OLIVEIRA, 1994).

Segundo Martins (2018) a questão agrária não é uma conjunção de antagonismos de classes sociais, mas também, é constituído por questões econômicas, de pobreza e injustiças sociais, por isso a necessidade de compreender o campo, a partir de um contexto histórico. Utilizando da historiografia, além de fontes escritas, orais, imagens, dentre outros recursos construiu-se um debate acerca do agrário brasileiro, tendo como escala a formação territorial agrária da Amazônia brasileira.

Nesse contexto está pesquisa de mestrado traz como objeto de estudo o Projeto de Assentamento Joncon/ Três Irmãos, situado no sul do Estado do Pará, município de Conceição do Araguaia. Território, territorialidades e campesinato são categorias que sustentam o debate sobre o agrário brasileiro. As discussões aqui tecidas, percorrem pelo

debate interdisciplinar do campo da geografia, da história, da sociologia, da antropologia, da linguagem. Acredita-se que a tessitura do saber se dá no diálogo entre os diversos campos do conhecimento (POMBO, 2006).

A estrutura agrária brasileira em um determinado tempo e espaço é moldada por contradições, o que alimenta o sistema capitalista, produzindo e reproduzindo mazelas sociais. Em o “*Cativeiro da Terra*” Martins (2017) traz à tona a necessidade de liberdade do sujeito, negro, camponês, pobre. Este que sempre lhe foi tirado o que lhe é seu. Ser livre para no seu tempo produzir e como produzir, não tendo o senhor ditando seus afazeres, privando o de tudo e do acesso aos seus direitos. Na busca por essa liberdade e pela posse da terra, morrem trabalhadores rurais, lideranças sindicais, bem como aqueles que apoiam e defendem a luta pela terra, como, padres, agentes pastorais, advogados, entre tantos (OLIVEIRA, 1994).

A Amazônia sempre foi vista como um vasto território voltado para interesses geopolíticos, que se contrastam com objetivos de exploração do grande capital nacional e internacional (PORTO-GONÇALVES, 2017). Muitos sujeitos foram expropriados e violentados para que grandes projetos pudessem se inseridos na região amazônica, o que afeta o ritmo de vida daqueles que vivem do que a terra e a floresta lhe oferecem (MARTINS, 1980). Com o apoio do Estado, latifundiários e multinacionais dominam o território amazônico, em diferentes formas e escalas, como exemplo: expansão da agropecuária, agroindústria, exploração de madeira, minérios, dentre outros. Nesse contexto Becker afirma que:

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território. Em nível nacional, onde igualmente coexistem interesses diversos, o interesse e percepção dominantes ainda atribuem a Amazônia a condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacionais, que deve garantir a soberania do Brasil sobre esse imenso território (BECKER, 2006, p. 21).

Assim “Terras sem homens, para homens sem Terras” e “Integrar para não entregar” foram lemas que no discurso do desenvolvimento, apontavam a Amazônia como berço de grandes oportunidades (OLIVEIRA, 1986). Por esse viés a região sul e sudeste do estado do Pará a partir da década de 1960 começou a receber migrantes de diversas partes do território brasileiro, sobretudo nordestinos, que saíam de suas regiões

fugindo da seca, bem como recebeu migrantes da região centro-sul do Brasil, buscando grandes extensões territoriais e terras fáceis para exploração e cultivo intensivo da terra (HÉBETTE, 2004).

Nota-se que ao analisar o Estatuto da Terra, por exemplo, é notório o favorecimento ao grande capital, ou seja, beneficiamento aos detentores do poder econômico, impedindo o acesso à terra a quem de fato necessita. A estrutura agrária brasileira ao longo do tempo foi moldada por contradições, o que alimenta assim o sistema capitalista, produzindo e reproduzindo mazelas sociais. Muitos autores endossam que a Lei de Terras nº 601, de 1850 promulgou o latifúndio no Brasil, pois favoreceu o modelo atual de produção e propriedade rural (STÉDILE E FERNANDES, 2012).

Ao longo do tempo as categorias território, territorialidades e campesinato vem suscitando debates nas mais diversas áreas do conhecimento, o que é importante, do ponto de vista interdisciplinar, pois faz com que o homem com indivíduo histórico e num conjunto de relações sociais realize o exercício e perceba que o território é muito além de características físicas naturais(solo, água, clima) como Ratzel nos seus pressupostos filosófico positivista afirmava em seu livro *Antropogeografia*², reconhecendo sobretudo o território sem a presença humana (SAQUET, 2007).

Malhas, nós e redes, são expressões que Raffestin (1993) utiliza para explicar os múltiplos territórios, que os sujeitos moldam ao longo do tempo. Busco Lefévre (1976) para endossar abordagens sobre território, pois na “produção do espaço”, há uma construção do território, pois é fundamento concreto do Estado, pois produz um espaço político, exercendo controle social, constituído de normas, leis e hierarquias, impondo uma malha de controle, técnico e político, sobretudo modificado pelo trabalho, e revelando relações de poder, enfatizada sobretudo por Foucault (1979).

A “Amazônia, possui várias Amazônias” essa frase está presente em várias partes do livro de Carlos Walter Porto Gonçalves, intitulado Amazônia, Amazônias, o que vem de encontro ao debate sobre território e territorialidades, demonstrando a heterogeneidade presente nesse local, expressando assim a multidimensionalidade dos sujeitos que formam essa região. A partir desse fragmento é possível entender o processo de territorialidades na Amazônia, que foi pautado por conflitos culturais, e interesses políticos e econômicos (PORTO-GONÇALVES, 2005).

² Livro *Antropogeografia* do Friedrich Ratzel, lançado em 1909.

Nesse contexto o presente trabalho traz como problematização o seguinte questionamento? Quais os percursos da luta pela terra, os conflitos territoriais e as territorialidades no Assentamento Joncon/ Três Irmãos, situados no município de Conceição do Araguaia, situado no sul do Estado do Pará?

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral: Compreender a luta pela terra, os conflitos territoriais e as territorialidades no Assentamento Joncon /Três Irmãos, situados no município de Conceição do Araguaia, situado no sudeste do Estado do Pará; e como objetivos específicos: Investigar o percurso da luta pela terra e os conflitos territoriais no Assentamento Joncon/ Três Irmãos; Identificar e os mediadores no processo de territorialização do assentamento Joncon Três Irmãos; Analisar as territorialidades e a produção territorial dos camponeses do Assentamento Joncon/ Três Irmãos.

O primeiro capítulo intitulado “ *Territorializando o caminho da pesquisa*” apresenta a trajetória e a construção do objeto de estudo desta pesquisa. Tecendo assim uma construção das bases teóricas e metodológicas que sustentaram o trabalho a partir das categorias território, territorialidades e campesinato. Discutindo assim o *corpus* e as trajetórias teóricas e metodológicas que deram forma ao trabalho, caracterizando os sujeitos da pesquisa e as escalas de pesquisa, o Assentamento Joncon/ Três Irmãos, situado no município de Conceição do Araguaia, sul do Estado do Pará.

No segundo capítulo “ *Tecendo a questão agrária: Território em disputa*” será problematizado a estrutura agrária brasileira, percorrendo a formação territorial da Amazônia e os conflitos territórios no campo no sul do Estado do Pará, compreendo assim como o território é pensando e para quem é pensado. É debatido a estrutura agrária no território brasileiro, demonstrando a formação territorial da Amazônia, que foi e é pautada por intensos conflitos. A luta pela terra na Amazônia é construída a partir de múltiplos interesses e por diversos sujeitos, em diferentes espaço, tempos e escalas. A partir das narrativas dos trabalhadores rurais, percebe-se que no Brasil ainda não se teve uma reforma agrária.

No terceiro capítulo “*Território e Territorialidades do Assentamento Joncon/Três Irmãos*” traz como proposta discutir o papel dos mediadores nos conflitos de terra no sul e sudeste do Estado do Pará, tendo como objeto o Assentamento Joncon/ Três Irmãos, destaca-se assim o papel da Igreja Católica, representado aqui pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) bem como pela atuação dos STRR- (Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) do município de Conceição do Araguaia. Assim a

Comissão Pastoral da Terra, instalada no município de Conceição do Araguaia, ao mesmo tempo que mapeava os conflitos de terra na região, realizava formações de fé e política. Este capítulo também aborda as territorialidades dos trabalhadores quanto ao modo de vida, pois vivem a partir da produção de pequenos cultivos de abacaxi, arroz, feijão, milho, bem como criam aves, porcos e vacas. Assim, o processo de luta pela terra não se encerrou a partir da aprovação do Assentamento, pois a luta na terra, ainda permanece. Assim este capítulo demonstra a partir de registros fotográficos e de narrativas os anseios de uma vida simbolizada e materializada na terra.

CAPÍTULO I-TERRITORIALIZANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

“A história dessa Joncon é muito grande, a história é emocionante(...)o interesse das famílias é que fez a organização ficar forte...”- Luís Carlos Batista (Tonico-Preto) -Trabalhador do Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA-12 de novembro de 2017.

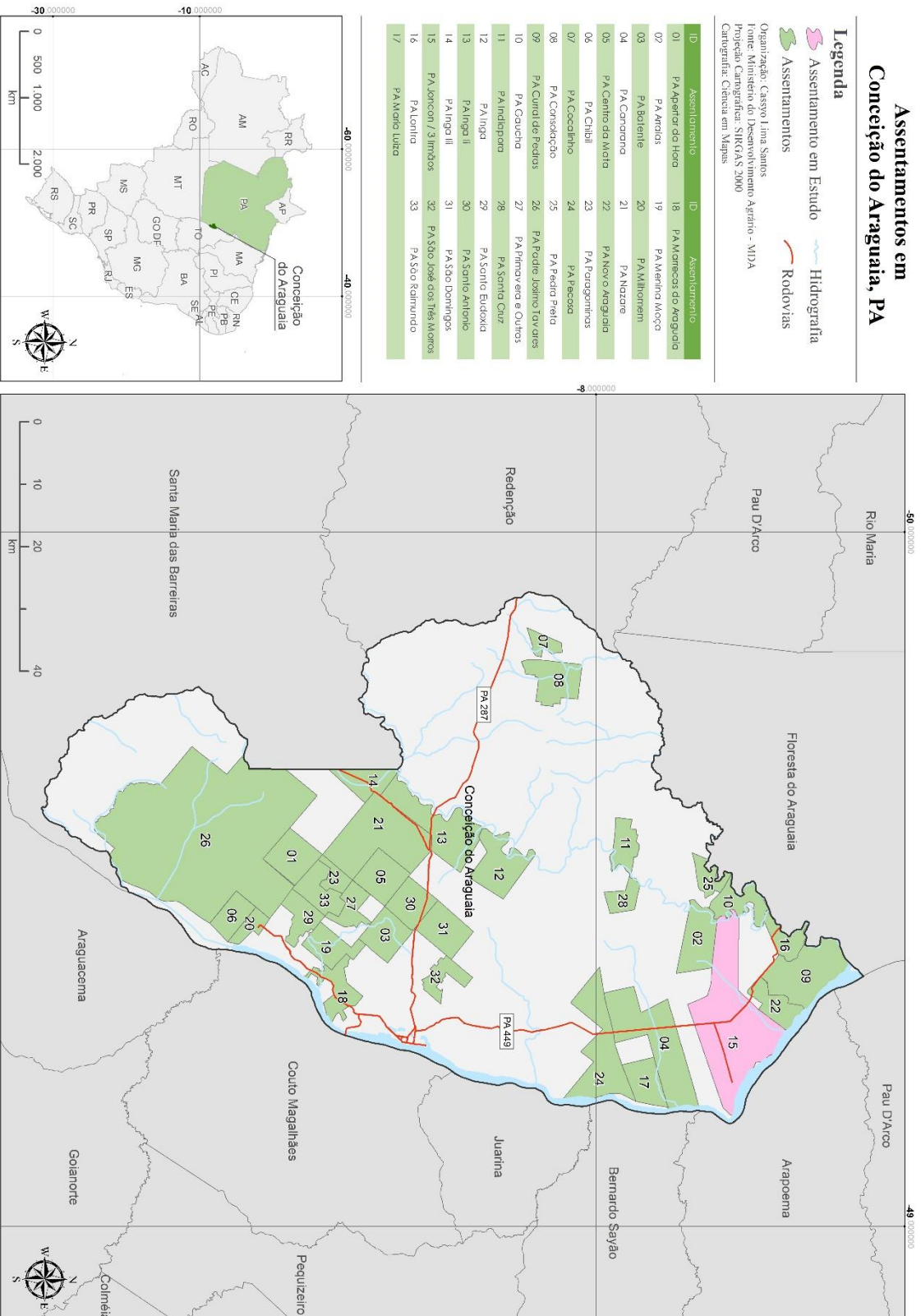
O presente capítulo traz como cerne uma análise teórica/metodológica partindo de uma epistemologia do agrário brasileiro, tomando como base as categorias território e territorialidades e campesinato. Procura-se entender as geograficidades do campo a partir de uma construção interdisciplinar, entendendo o campesinato, a luta pela terra e os conflitos territoriais no campo, tendo como recorte espacial o sul do Estado do Pará situados na Amazônia oriental brasileira. Muito mais que trazer respostas aos questionamentos apontados, busca-se levantar problematizações acerca da política agrária brasileira.

1.1. Apresentando os sujeitos e lócus da Pesquisa

A partir da construção do objeto de pesquisa, do delineamento do recorte espacial e temporal, da seleção de categorias, e do trabalho de campo, que se realizou para a produção desse trabalho, inferiu-se a necessidade primeiramente de discutir sobre a importância da epistemologia da ciência na produção do conhecimento, partindo do pressuposto da complexidade em compreender os fenômenos espaciais e territoriais aqui analisados. Portanto o trabalho traz inicialmente uma discussão epistemológica da ciência, sobretudo partindo do diálogo entre filosofia, história, antropologia, sociologia, tendo como matriz a ciência geográfica, pautando-se em um diálogo interdisciplinar

Nesse sentido este trabalho de Dissertação de Mestrado tem como objeto de pesquisa o Assentamento Joncon/ Três Irmãos, localizado no sul do Estado do Pará município de Conceição do Araguaia (*Mapa 01*). Integrando assim a Amazônia Paraense. Pensar a luta pela terra, os conflitos territoriais e as territorialidades no Assentamento Joncon/ Três Irmãos é compreender as narrativas que revelam um longo processo da formação territorial no Brasil e especificamente da Amazônia Brasileira.

Mapa I - Assentamentos do município de Conceição do Araguaia-PA



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA - Organizado por Cassyo Lima Santos.

Nesse contexto está pesquisa traz como debate inicial a importância da epistemologia e da interdisciplinaridade. Permitindo novos olhares e saberes sobre o que está oculto a análise simplista dos sujeitos. A ciência ao longo do tempo especializou-se, criando novos campos de pesquisa, porém o debate proposto aqui não é romper com esse processo, até porque grande avanço decorreu-se desse aprofundamento, mas que ocorra uma integração desses ramos do saber, compreendendo assim a complexidade dos fenômenos. A interdisciplinaridade possibilita um pêndulo de construção e desconstrução de ideias. Nesse sentido:

A interdisciplinaridade traduz-se na constante emergência de novas disciplinas que não são mais do que a estabilização institucional e epistemológica de rotinas de cruzamento de disciplinas. Este fenômeno, não apenas torna mais articulado o conjunto dos diversos “ramos” do saber (depois de os ramos principais se terem constituído, as novas ciências, resultantes da sua subdivisão sucessiva, vêm ocupar espaços vazios), como o fazem dilatar, constituindo mesmo novos espaços de investigação, surpreendentes campos de visibilidade (POMBO, 2006, p. 209).

Desse modo a interdisciplinaridade amplia campo de leitura dos sujeitos no mundo. É nesse viés que está pesquisa percorre, ampliando tessituras sobre aquilo que sempre esteve posto, porém com um novo viés. Perpassando no ensino e na pesquisa a interdisciplinaridade que instiga desafios teóricos e metodológicos.

Nesse contexto compreender as transformações espaciais requer do homem um percurso por vários campos do conhecimento. Assim, há um enfrentamento teórico e metodológico na busca em investigar como os sujeitos, no tempo produzem e reproduzem o espaço. Nesse sentido requer uma densidade epistemológica que entenda as diversas relações do homem com ele mesmo e a natureza.

Para construção desse objeto de pesquisa necessitou do diálogo interdisciplinar, pois todos os métodos e técnicas apresentam limitações. É por meio do pluralismo teórico e da competição entre teoria e por meio do embate de uma com a outra que há progressão da ciência (FEYERABEND, 1977). Corroborando com a discussão na epistemologia do conhecimento, enfatiza ainda que:

O conhecimento (...) não é um gradual aproximar-se da verdade. É, antes, um oceano de alternativas mutuamente incompatíveis (e, talvez, até mesmo incomensuráveis), onde cada teoria singular, cada conto de fadas, cada mito que seja parte do todo força as demais partes a manterem articulação maior, fazendo com que todas concorram, através deste processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência. Nada é jamais definitivo, nenhuma

forma de ver pode ser omitida de uma explicação abrangente (...) (FEYERABEND, 1977, p. 40).

É nesse movimento que as discussões desse trabalho, percorre, pautando-se numa dialética, buscando realizar um diálogo, não com verdades absolutas, mas que os embates aqui gerados possibilitam novos olhares sobre o objeto de pesquisa que se debruça. Nesse viés, articular e partir de uma epistemologia do campo em estudo requer uma dinâmica interdisciplinar. Por meio desse percurso, categorias, teorias, metodologias que permeiam uma investigação densa e que contribua para o desenvolvimento da ciência, sobretudo, especificamente nessa pesquisa, tendo como matriz a ciência geográfica.

A pesquisa se estrutura, sempre no exercício do pensar, voltando para a construção conhecimento. A partir da obra de Lakatos (2003) Trujillo tece que os métodos constituem instrumentos básicos que irá ordenar pensamentos ou sistemas, ordenando assim o trabalho do cientista para alcançar determinado objetivo. Dessa forma:

Em ciências humanas, a teoria pode ser concebida como um conjunto de conhecimentos, leis e princípios ou permitam uma leitura e uma interpretação da realidade. A teoria, conjunto de elementos racionais, organiza o conhecimento a partir de uma lógica interna e através da utilização de um determinado método. Deve haver coerência, portanto, entre teoria (e toda sua constituição racional) e o método (e todos os seus elementos característicos constitutivos). Essa coerência vai permitir a leitura adequada das categorias e dos conceitos explicitados na teoria, diferenciando-o de outras teorias que tratem do mesmo tema ou assunto (SPOSITO, 2004, p.59).

A partir do momento que se elenca a problemática dessa pesquisa, traz consigo uma discussão epistemológica. Assim, a prática científica ganha novos formatos ao longo do tempo. O debate proposto aqui não visa se debruçar sobre a gênese da epistemologia da ciência, mas a partir do campo de estudo aqui proposto, na qual o trabalho busca investigar possa contribuir, dentro no campo do agrário, perpassando sobre as categorias como o território, territorialidades, campesinato, as tensões e os conflitos agrários no assentamento em estudo. A pesquisa tem como proposta a realização de um denso debate acerca do agrário, tendo como recorte territorial a Amazônia Paraense, especificamente o Assentamento Joncon/Três Irmãos, situados no município de Conceição do Araguaia-PA, sul do Estado do Pará.

1.2 Da epistemologia as bases teóricas e metodológicas: uma construção interdisciplinar

O espaço e o território se caracterizam por contradições (BRANDÃO, 2007; SANTOS, 2008). Assim, procura-se analisar como o território agrário é pensado em suas contradições, partindo do Estado, aqui entendido como um sistema que cria elos entre as demandas da sociedade a efetivação delas no território. Assim recorreremos a autores clássicos como Kautsky (1980), que na obra clássica “*A questão agrária*” faz alguns apontamentos como fim do campesinato, bem como a inserção do capital nas sociedades camponesas são postas em debate. Outro autor clássico como Chayanov (1974), que traz debates no entendimento do agrário, desde o modo de produção da agricultura, organização do campesinato, bem com as (re) produção do capital no campo.

O trabalho pauta-se no debate de autores contemporâneos brasileiros que também nos permitem compreender como o agrário foi pensando ao longo do tempo. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes, bem como autores que se debruçaram no entendimento do agrário na Amazônia como Jean Hébert, Anthony Hall, Octavio Ianni, possibilitaram construir o debate acerca da estrutura agrária e das contradições presentes o território brasileiro, pensando a partir do Estado, sobretudo pelo poder. O debate sobre as geografias do agrário, possibilita compreender como o espaço é pensado e por quem é quais estruturas são postas na formação do território e das territorialidades.

Propor uma discussão do agrário no Brasil, é realizar um percurso de intensas contradições socioespaciais. Dessa forma, a construção do objeto de pesquisa completou-se e foi delineada ao longo do processo de investigação. Processo esse que foi percorrido por uma densa pesquisa bibliográfica, e trabalho de campo, na qual permitiu a interlocução do pesquisador com os trabalhadores rurais, permitindo registrar suas narrativas e coletar fotografias. Desvendando assim os percursos do sujeito na luta pela terra e no enfrentamento diante do poderio de um projeto capilarizado pelo capital, resultando na (re) produção das mazelas sociais no campo.

As metodologias elencadas nessa pesquisa têm parte da pesquisa qualitativa, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (KAUARK *et al*, 2010, p.27). Pois tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, desvendando a totalidade daqueles que estão vivendo o fenômeno (TRIVIÑOS, 1997).

As pesquisas qualitativas são multimetodológicas, pois utiliza de vários procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Assim a observação é parte essencial, permitindo ao pesquisador independentemente do nível de escolaridade do sujeito coletar informações, verificar na prática informações ditas pelos sujeitos, confrontar dados não-intencionais ou inconsistentes sobre a temática trabalhada, bem como facilita o registro em seu contexto temporal-espacial. Na pesquisa qualitativa as etapas de coleta, análise e interpretação ou formulação de hipótese não seguem uma sequência, elas vão sendo construídas no percurso do trabalho. Nesse contexto a escolha dos participantes da pesquisa foram selecionados de forma intencional, de acordo com a disponibilidade e o tempo e o local que os sujeitos narravam suas histórias.

Cada sujeito possui uma trajetória de vida, que se entrelaça com territorialidades no espaço geográfico. Para compreender a questão da luta pela terra, no Assentamento Joncon/ Três Irmãos foi necessário percorrer um diálogo pelo processo histórico, cultural, social e econômico. Portanto ir a campo, conversar, e conhecer os relatos e memória dos camponeses, foi necessário adotar a história oral. Segundo Alberti (2005) a história oral pode ser compreendida como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 2005, p.18).

A partir da história oral, é possível compreender as experiências de vida dos sujeitos no espaço. Tal caminho, possibilita perceber a nuances dos fenômenos socioespaciais, compreendendo particularidades do objeto em estudo. Corroborando com esse pensamento Amado e Ferreira (2006), endossam ao afirmarem que:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita a história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que as vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos...São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas, encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 14).

O método da história oral é visto em muitos casos como narrar a história dos excluídos, por dar voz aos menos favorecidos. Nesse caminho, a partir do seu uso desvendou-se elementos da territorialização do Assentamento Joncon/ Três Irmãos,

permitindo um olhar mais detalhado, captando singularidades dos sujeitos: como a subjetividade, as emoções, o cotidiano.

Duas observações são necessárias ao método da história oral, a primeira é que essa oferece suporte ao “dominados”, ou seja aqueles que na história dita oficial aparecem camuflados ou inexistentes, ou também chamados de excluídos da história. O segundo ponto é que a história oral muitas vezes é vista sobre a “história vista de baixo” (FRANÇOIS, 2006). Corroborando com a discussão Thompson (1992) afirma que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. [...] propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 1992, p. 44).

A história oral além de permitir o diálogo com outros campos do conhecimento aproxima o pesquisador ao objeto de estudo, pois é um método que propicia o contato direto com os sujeitos. Desse modo as primeiras pesquisas, utilizando da história oral foram realizadas no assentamento em estudo, o que permitiu conhecer *in locu* os interlocutores que deram sentido e forma ao trabalho. Para alguns pesquisadores, os depoimentos orais são fontes meramente subjetivas, sendo falível e fantasiosa, porém a subjetividade está presente em todos os documentos, seja oral, escritas ou visuais (THOMPSON, 1992).

Nesse contexto as narrativas são estruturas construídas pelo pesquisador. Um de seus papéis é sempre lembrar ao leitor que as narrativas são caracterizações de acontecimentos que foram ordenados por alguém, neste caso o pesquisador, tramando um percurso narrativo e discursivo (FIORIN, 2002). Ao traçar e analisar as narrativas não existem somente uma “forma unificadora” de tecer a fala dos depoentes. As narrativas são formas singulares de compreender a dinâmica e a da atuação dos sujeitos sobre o espaço e sobre o território no percurso do tempo, configurando os acontecimentos e tramando as narrativas.

O assentamento em estudo possui 380 famílias assentadas. Para a interlocução com as famílias do Assentamento em estudo, foi necessário fazer um levantamento no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Conceição do Araguaia- STTR, tendo critério os moradores mais antigos (em uma escala de 0-30 anos de moradia) do Assentamento Joncon/ Três Irmãos. Bem como, selecionou-se os trabalhadores (as) que tiveram representatividade ao longo do processo de

territorialização do assentamento, como lideranças sindicais, bem como membros da Associação da Colônia Joncon/ Três Irmãos, assim como trabalhadores que desempenharam atividades ligadas ou que foram beneficiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo STRR. Foram registradas as narrativas de 15 famílias, no período de setembro a novembro de 2017, utilizando aparelho gravador e caderno de campo. As entrevistas ocorreram também com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Pode-se verificar através dos registros do INCRA, polo Conceição do Araguaia a demarcação territorial dos Assentamentos situados na região sudeste paraense, bem como compreender como os lotes foram organizados no Assentamento Joncon/ Três Irmãos. A partir dos registros da CPT situada em Xinguara pode-se caracterizar os conflitos e as violações na territorialização da área em estudo a partir de vídeos jornalísticos, registros fotográficos a partir de jornais da época, bem com atas de reuniões compuseram os dados da pesquisa. Foram utilizados também dados referente ao que é produzido no assentamento a partir do STTR do município de Conceição do Araguaia.

1.3-Tecendo sobre Território e Territorialidades

A categoria território aqui utilizada, não é pensada como palco (SANTOS, 2008) inerte, mas como uma “teia de relações” (RAFFESTIN, 1993), onde o poder é exercido por diferentes sujeitos em por várias escalas. Assim, embora as categorias território e territorialidades e campesinato em seus pressupostos teóricos metodológicos, apresentem divergências, elas nos ajudam a compreender as transformações do/no espaço, as relações de produção e as interações sociais em diferentes espaços e escalas. Assim, ao utiliza-los como categoria analítica em um determinado fenômeno, não pode ser posto como na análise descritiva e perceptiva, como foi pensado por muitos teóricos ao longo do tempo. Muito menos “sem atores”, conforme endossa Saquet (2007), pois o território não é um simples espaço de interação, onde priva-se as de relações com a materialidade do ambiente natural e construído.

Segundo Saquet (2007) o território ao longo do tempo sofreu ressignificações. Na literatura clássica essa categoria foi pensada como um território voltado para o Estado-Nação, visto apenas como o “território pátrio” e “território nacional”, ou seja, para grande parte de juristas, militares, cientistas políticos, bem como para alguns geógrafos o

“território era apenas sobre o qual o aparelho do estado exercia soberania” (RAFFESTIN, 1993, p 50).

Nesse sentido Souza (2015, p. 58-59) argumenta que ao longo do tempo teve-se um esforço teórico e metodológico buscando emancipar essas tipologias da categoria território, bem como endossa que o termo *Territorium* se refere na *Polítische Geographie*, a um recorte político espacial, que praticamente se confunde com o *Boden*(solo em Alemão), esse fator de “coerência material no Estado”. Contribui ainda ao afirmar que Ratzel afirma que o “Estado não é um organismo, mas que representa uma união do povo vivo com o solo”.

Realizando trabalhos para o governo Alemão Ratzel compreendia o território como uma parcela do espaço, com ou sem a presença do homem, sem ou com modificações provocadas pelo povo, com ou sem a presença do domínio do Estado. O território nas obras de Ratzel aparecia como sinônimo de ambiente-solo e como Estado-Nação e dominação. Partindo-se de uma organização social o Estado e o território têm domínio e fronteiras maleáveis. Nas palavras de Saquet (2007, p. 31) sobre Ratzel: “O território, portanto, é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob domínio do Estado).

Não se pode aqui desconsiderar as posições elencadas acerca do território apontadas por Ratzel, pois foi um dos precursores ao procurar compreender o território. Segundo Raffestin (1993, p.76) “[...] historicamente os atores sociais efetuam a repartição da superfície terrestre, a implantação de nós, e a construção de redes. Os sistemas territoriais permitem assegurar a coesão de territórios e o controle de pessoas e coisas”, ou seja, homem está sempre produzindo novos territórios, de acordo com suas necessidades e práticas espaciais tecendo assim um conjunto de malhas, nós e redes. Nesse sentido “(...)do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (RAFFESTIN,1993, p. 152).

Desse modo a categoria território e territorialidade é aqui pensada a partir de Raffestin (1993), pois faz diálogos teóricos/epistemológicos com as linhas de estudos de teóricos brasileiros como: Rogério Haesbaert (2004) e Marcos Aurélio Saquet (2007) Manuel Correia de Andrade (1995), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986) Otavio Ianni (1979) dentre outros.

A partir dos anos 1950-60 e principalmente nos anos 1970 as análises sobre o território são pensadas a partir da ciência geográfica, das ciências sociais e filosofia tomou quatro rumos a) uma centrada na discussão teórico-metodológico; b) outra centrada na concepção geopolítica do espaço; c) centrada na reestruturação do capital e movimentos sociais e d) voltada para a uma análise semiológica. Percebe-se que o território e as territorialidades tiveram diferentes discussões ao longo do tempo, ganhando novas ressignificações conforme as transformações na sociedade. Ressalta-se a importância das diferentes perspectivas epistemológicas que resultaram em diferentes análises e concepções, que movem as interações e o pensamento que movimenta e reelabora as ciências sociais (SAQUET, 2007).

Ainda conforme Saquet (2007) quanto as tendências percorrerem os estudos do território a) uma eminentemente econômica, pautada pelo materialismo histórico dialético, assim relações de produção e forças produtivas eram pressupostos para o entendimento do território; b) pautada na dimensão geopolítica do território; c) uma terceira análise enfatiza as dinâmicas política, cultural, simbólica-identitária; d) voltadas para discussões sobre sustentabilidade, articulando uma análise interdisciplinar. Dessa forma a categoria território renascerá na filosofia, geografia, economia, e na sociologia, buscando entendimento de comunidades rurais, bem como fluxos, conexões, articulações, poder, bem como refletem sobre a produção do capitalismo, não ficando de fora também as análises de caráter políticos-administrativos como o Estado-Nação.

Assim, os debates acerca do território ganham novos destaques na década de 1980, com ênfase nos estudos das territorialidades. Nesse sentido o território é pensado “especialmente no reconhecimento e explicação de aspectos simbólicos-culturais vinculados ao desenvolvimento local com base territorial, do conceito de lugar e da territorialização de processos sociais...” (SAQUET, 2007, p. 19).

A categoria território para Saquet (2007, p. 21) é construída a partir das dimensões sociais EPCN- (Economia-Política-Cultura-Natureza), sobretudo com ênfase os ritmos ou temporalidades; mudanças e permanências; relações multiescalares e superpostas; território ligado ao espaço geográfico; centralidade do enraizamento e articulações territoriais; bem como no entendimento da des-re-territorialização (T-D-R). Assim, endossa que para entender o território deve-se permitir a compreensão das redes, a identidade e o poder, ou seja a identificação das formas e conteúdo dos territórios, compreendo os fluxos, movimentos e articulações. Afirma também que não se deve separar a (i) materialidade da vida, pois ela é revelada ao olhar dos sujeitos através no

processo de territorialização pois é traduzido nos objetos e nas relações, ou seja diariamente, pois “vivemos” essa (i) materialidade, como objetivações e subjetivações indissociáveis.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão; e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidos por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns (SAQUET, 2007, p.24).

Desse modo, a partir das categorias território e territorialidades é possível entender a complexidade dos territórios e das territorialidades amazônicas, compreendendo suas ocupações e seus reordenamentos. Segundo Sack (1986, p.2) “a territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar”.

Foucault (1979) nos ilustra claramente ao pensar o território pelo poder, que é tomado pelo que chama de “trunfos do poder” ou seja, o poder exercido por vários pontos e por vários agentes, endossando o que Raffestin (1993) afirma que o poder advém de grupos sociais, de instituições religiosa como a Igreja, bem como pelo Estado, reordenando assim o território.

Nesse contexto as ocupações de terra na Amazônia, ênfase aqui a região sul do Estado do Pará foram motivadas pelo incentivo do Governo Federal, sobretudo do governo militar em “ocupar os espaços vazios da Amazônia” tendo como objetivo sanar os problemas socioeconômicos de outras regiões brasileiras, como o problema da seca, em algumas microrregiões nordestinas, bem como ocupar para a defesa nacional (PORTO-GONÇALVES, 2005), por isso a expressão “Amazônia, Amazônias” é densa no sentido de poder visualizar essas facetas presentes nesse território, o que reforça as afirmações de Raffestin(1993), pois os sujeitos produzem tessituras que estão na dinâmica política, econômica e cultural.

Recorro ao Little (2002) para aprofundar o debate sobre territorialidades, ao nos esclarecer que territorialidade poder ser analisado pela identidade, memória, e símbolos, ou seja, o percurso dos sujeitos sobre o espaço, pois: “A expressão territorialidade, então não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória

coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (LITTLE, 2002 p.11).

Segundo Laraia (1986) o homem é o resultado do meio cultural em que vive, indo de encontro ao que Little (2002) sobre o sujeito, pois incorpora e simboliza tudo que está ao seu redor, criando vínculos e signos, pois a cultura reflete o conhecimento e a experiência adquiridos ao decorrer do tempo. Saquet (2007) é enfático ao afirmar que o território tem que ser entendido a partir da EPCN (Economia, Política, Cultura e Natureza) entendendo o território com um processo que se constrói e reconstrói pois:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2007, p.28).

Percorrendo pelo mesmo caminho Dematteis(1985) endossa que o território é um produto social, lugar de vida e relações, argumentando que ocorre interações territoriais(transescalares) entre diferentes lugares e pessoas, Saquet(2007) endossa a questão ao afirmar que Dematteis quis compreender o conceito pela análise (i)material do território e da territorialidade humana, possuindo sobretudo relação social, econômica e política, pois uma das contribuições de Raffestin foi evidenciar a materialidade do território e da imaterialidade das sensações e representações. O território é (re) organizado conforme os sujeitos transformam o espaço, criando assim territórios e territorialidades, nas palavras de Saquet (2007):

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento dos sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações), [...] (SAQUET, 2007, p. 118).

Nesse sentido, cada lugar possui uma territorialidade, que é moldada de acordo com seus objetivos, seja ele materiais ou simbólicos, e é construindo individual e coletivamente, sobretudo pautado pelo poder. Haesbaert (2004) argumenta que enquanto “espaço-tempo vivido” o território é sempre múltiplo, estando intrinsecamente pautado por relações de dominação e de apropriação sociedade/espaço, enfatiza ainda que o território se apresenta como um símbolo/valor simbólico, e na territorialidade os grupos

hegemonizados enxergam o seu lar/abrigo, como local de luta e resistência, afirmando sua identidade e suas práticas culturais, pois:

Relações são vividas, sentidas e, às vezes, percebidas e compreendidas diferentemente. Assim os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade (SAQUET, 2007, p.25).

Saquet (2007) argumentando sobre as ideias de Dematteis (1985) que o conceito de território na geografia é compreendido como produto social, ou seja, um lugar da vida e de relações, pois ao ter como objeto de estudo a casa rural, compreende as relações sociais entre os homens e suas formas de organizações, ou seja compreendendo as relações com a família, vizinhança entre outras relações, ou seja compreendendo as territorialidades cotidianas. Endossa ainda que Dematteis (1995) quis enfatizar para uma análise (i)material do território e das territorialidades humanas, a partir de fatores psicológicos (subjetivos) e econômicos, assim, pode se analisar que: “o território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional (SAQUET, 2007, p.51).

O conceito de território permite várias análises, conforme endossa Saquet (2007), enfatizando que Deleuze e Guatarri (1995), traz em reflexões epistemológicas do território quanto a desterritorialização e os movimentos do território, Raffestin (1993) traz em suas discussões a materialidade do território e a imaterialidades das sensações e representações, Dematteis (1985) procura compreender as relações sociais ou seja as territorialidades humanas ou seja as tramas e interações.

Na relação entre soberania e território, há pessoas e atividades. Por isso, o conceito de território não pode ser classificado como físico ou fenômeno inanimado, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território que significa, sucintamente, uma expressão geográfica da dominação social em uma certa área (SAQUET, 2007, p. 68).

Partindo de um contexto epistemológico não há como tecer o debate dos conflitos agrários na Amazônia sem compreender as categorias poder e território. Esse diálogo permite a compreensão da formação do espaço amazônico, bem com compreensão das

pluralidades e contradições presentes na geopolítica e o jogo de interesses que se alocam em diferentes escalas, envolvendo assentados, latifundiários, posseiros, ribeirinhos, Estado, organizações não governamentais, dentre outros.

Nesse contexto Foucault (1979) afirma que em todos os lugares há poder, sobretudo não é pautada naquele que possuem ou não possuem algo, mas deve ser entendido como uma rede, estando sempre em “transmissão”, assim, endossa que:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não os possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p. 193).

Endossando o debate Souza (2015, p.62) afirma que “o poder é uma relação social (ou, antes uma dimensão das relações sociais), é o território é a expressão espacial disso”. Quaini (1974, p. 6) entende o território como um “produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente” sobretudo ressalta para a construção de uma ciência para uma explicação geografia que leve em consideração os tempos da natureza e da sociedade.

Raffestin (1993, p.7) argumenta que “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais”, pois são eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder”.

Para Santos (1988, p. 73) o território é entendido a partir da configuração territorial, sendo formada por aspectos naturais, com os rios, bem como argumenta que é um “conjunto de todas as coisas arranjadas em um sistema que forma configuração territorial”. Para Saquet (2007) Milton Santos (2008) recorta o espaço sem separa-los, pois, os territórios estão dentro do espaço geográfico. Assim:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários (SAQUET, 2007, p.24).

Assim, percebemos que o território possui diferentes formas de ser compreendido, pois existem vários tipos de território. A categoria território e poder aqui elencados subsidiam o entendimento da formação territorial da Amazônia bem como é possível iniciar um debate para o entendimento dos conflitos territoriais e luta pela terra no sul e sudeste do Estado do Pará. A partir dessa breve discussão é possível pensar as contradições espaciais da luta pela terra na Amazônia e o interesse do capital no domínio geopolítico, voltado para a exploração e expropriação dos sujeitos da terra, como a exemplos de assentados e comunidades tradicionais da Amazônia Paraense.

1.4 Campesinato: Luta pela terra

A categoria campesinato nos ajuda a compreender o processo de luta pela terra. Olhando a historiografia, nota-se que vários autores deflagram o fim do campesinato, porém ela recria-se ao longo do tempo (MARQUES, 2008; OLIVEIRA, 1986).

O campesinato deve ser olhado do ponto de vista histórico, pelas contradições ao longo do tempo, assim Martins (1980; 2017) Oliveira (1986), Fernandes (2004, 1998), Fabrine (2002, 2008) entre outros debruçaram sobre os estudos dessa categoria. A marcha do campesinato no Brasil se caracteriza por ser uma luta sangrenta. Em *os Camponeses e a política no Brasil*, Martins (1981) afirma que os camponeses são forçados pelo grande capital a serem desterritorializados, sobretudo efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários. Segundo Oliveira (1994) um desses embates giram em torno da lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo, que ocorre de forma heterogênea, complexa e plural. Nesse sentido:

No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses, por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazer-lhes desaparecer. É uma existência garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que a possibilidade aberta e criada nas entranhas da produção de mercadoria das relações capitalistas (FABRINE, 2002, p. 77).

Assim, dentro do sistema capitalista o campesinato resiste aos desígnios do capitalismo, que busca em todas as formas negar e expropriar o homem do campo. A luta pela terra sempre foi uma constante dos sujeitos agrários. Nos anos 50 intensificou-se a tentativa de romper contra o poderio exercido por diversos agentes, iniciou-se assim as

várias ligas, organizando-se em sindicatos com o intuito de lutar por direitos, reivindicando reparo e injustiças ou pagamento de indenização, “quebrando velhas cadeias” e exigindo políticas de reforma agrária (OLIVEIRA, 1986; MARTINS, 2017).

Segundo Oliveira (1994) o final da década de 1950 e início da década de 1960 foi marcada pelo processo de reivindicação de nordestinos, sobretudo trabalhadores rurais. Surgia nesse período as “Ligas Camponesas” cujo objetivo era a luta pela terra contra o a exploração do trabalho do campo. O autor ressalta ainda que a importância da liga camponesa ganhou ainda mais destaque com a criação da SUPRA-Superintendência da Política Agrária, órgão governamental que tinha como proposta realizar a reforma agrária no território brasileiro. Porém com o Golpe militar de 1964, a repressão ganhou destaque, principalmente nas lideranças que militavam nas Ligas Camponesas. Assim,

A realidade passava a mostrar que uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária. (...) A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de “uma farsa histórica” pois apenas(...) na década de 80, é que o governo elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária, instrumento definidor da política da implementação da reforma agrária (OLIVEIRA, 1994, p.42).

O campesinato não está estruturado somente ao setor econômico, mas expressa uma organização que se re (produz), no seio das relações sociais, pois os trabalhadores produzem o território, pois conforme endossa (SAQUET, 2007, p. 69) “o território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto juridicamente como cultural e economicamente”. Nesse sentido, segundo Marques (2008):

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008, p.58)

Segundo Fernandes (2004) estamos vivenciando desde a década de 1900 uma nova etapa do processo de luta pela terra, apesar de algumas políticas criadas intencionalmente para desarticular os camponeses, desestruturando os trabalhadores dos créditos de apoio a produção agrícola, em detrimento de um sistema pautado pelo capitalismo agrário, assim:

A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Os objetivos dessas políticas são diversos. Podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos camponeses, sindicais, e na constituição de novos espaços de representação, por meio dos conselhos de desenvolvimento rural, em diferentes escalas geográficas. Essas ações são formuladas e realizadas na produção do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2004, p. 18).

Assim, segundo Marques (2008) o conceito de camponês no Brasil é criado em uma sociedade dentro da periferia do capitalismo tendo como margem o latifúndio escravista, bem como é marcada por uma forte mobilidade espacial, o que cria segundo a autor uma instabilidade estrutural, fazendo assim com que a busca por terras seja constante. No contexto das ciências sociais o campesinato afirma-se com uma política em nível nacional. Nesse período surgem destaque as “Ligas Camponesas”, resultado da concentração de terras e das mazelas sociais, principalmente no campo brasileiro.

Marques (2008) endossa ainda que o campesinato apresenta grandes diversidades de formas sociais, baseando se na relação de trabalho familiar; assim o papel centro da família, organização da produção, e o modo de vida camponês caracterizam formas sociais do campesinato, pois:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008, p.59).

Percebemos através das narrativas de trabalhadores rurais do assentamento Joncon/Três Irmãos, o processo de luta pela terra, que não é constante, não acaba somente com o acesso à terra. Em busca de melhores condições de vida, migraram para o sul do Pará, fugindo assim das mazelas sociais presentes em território brasileiro. Endossando o que Pereira (2015) argumenta, pois:

É por meio da luta de terra que os trabalhadores rurais procuram manter a reforma agrária na pauta política do Estado, independentemente dos desejos

dos proprietários e empresários rurais e seus aliados. Porém não podemos pensar a existência dessa ação unicamente desenvolvida pelos trabalhadores rurais ou mesmo um campo onde somente fazendeiros e trabalhadores rurais se digladiam, mas um espaço poliédrico, onde outras forças também gravitam (PEREIRA, 2015, p. 35).

Geralmente são trabalhadores rurais que possuem baixo poder aquisitivo e pouca escolaridade que migraram para o sul do Estado do Pará. Assim foram forçadas a sair de seu lugar de origem em busca de outras oportunidades para o sustento familiar. Na narrativa de Luís Carlos Batista (Tônico Preto) trabalhador do Assentamento Joncon/ Três Irmãos, fica notório os percursos pelos quais os camponeses percorrem e ainda percorrem,

Para mim a terra, ela cumpriu com meu anseio de Santa Vitória Minas Gerais. Eu trabalhava em uma das maiores firmas do Estado de Minas Gerais. Eu trabalhava na CEMIG. Tinha vontade de vir para o Pará. Tinha vontade de ter um pedaço de terra. Eu trabalhava com o meu pai na agricultura. Fui agricultor. Estudei pouco, vim acabar de estudar e completar o estudo aqui, dentro da nossa vila. Graça a Deus. Estudei até a quarta série só. Não quis estudar mais porque eu estava com problema de vista(...) muito cansado. E eu já estava sentindo a memória fraca, então não adiantava mais eu teimar, para depois de velho, já ficar teimando, teimando eu não dei conta mais, aí eu larguei, então fiz só a quarta-série. Ai o que que acontece(...) eu trabalhava na Central Elétrica de Minas Gerais- CEMIG, eu saí de lá, eu tinha cinco anos de casado, tinha meus três filhos, a esposa(...), saí de lá com duas bolsas na mão, ferramenta, panela, prato, garfo, trens de cozinha para cozinhar no mato, roupa de cama e uma redinha, para descer o Araguaia. Veio eu e dois sobrinhos meu, e um fazendeiro que tinha terra, que comprou uma terra na beira do Arraia. Aí nós veio para cá, e a gente chegou aqui e conseguimos fazer o que a gente queria, que era possui um pedaço de terra. E daqui pescou para um lado, pescou para outro, pescamos num lugar, não dava certo(...) aí deu certo aqui... aqui dentro dessa terra. Quando eu falo assim, as vezes nós está num verão forte desse jeito aqui, a gente começa a lembrar, como que a gente entrou aqui, o tanto que tinha água né? O tanto que tinha chuva, você passava semana e semanas sem sair de casa, e tinha tudo que queria de comer e hoje você não consegue ficar uma semana dentro de casa, para ir lá na rua compra mantimentos. Agora dentro da situação eu acho que todo mundo que veio aqui pra Joncon consolidou o seu sonho, de criar seus filhos, ser amigo, ser companheiro. Existem depois que cria o assentamento que política partidária, entre no meio, começa a criar uma divergência, mas é a coisa mais fácil de fazer você distorcer. Já fui vereador em Conceição do Araguaia, mas meu o objetivo que tinha desde que saí lá de eu saí lá de Minas, eu estou vivendo ele aqui. (Luís Carlos Batista-Tônico Preto, 12 de outubro de 2017, Assentamento Joncon/ Três Irmãos, Conceição do Araguaia-PA).

Assim as territorialidades presentes no assentamento são percebidas através da luta pela terra que se iniciou na migração de trabalhadores rurais de diversas partes do território brasileiro. Pois apesar dos entraves os assentados conseguiram, com dificuldades materializar seus anseios na terra. Trabalhadores esses advindos de diversas

partes do Território Brasileiro. Os trabalhadores rurais enfrentaram nesse período o embate com pistoleiros, grileiros, bem como o próprio embate com fazendeiros. Nesse intervalo de tempo, houve muitas lutas e conflitos pela terra.

Nesse contexto as ocupações também demonstram o poder que o campesinato possui, sendo uma forma de resistência contra os entraves da política agrária voltada para a não reforma agrária, pois quem comanda as terras em grande parte do território amazônico são grandes latifundiários aliados a grandes projetos, sobretudo de multinacionais. Assim “o capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que tem a sua existência garantida pela luta de resistência” (FABRINE, 2002, p. 81).

Nesse contexto as ocupações na década de 1980, com o apoio do MST fortaleceu a luta pela terra e pela esperança da sonhada reforma agrária, principalmente após a Ditadura militar, expandindo assim o movimento não somente na região sul do Brasil, mas ganhando notoriedade e força pelo território brasileiro.

Segundo Fernandes (2004) convivemos com diversos tipos de território e produzimos território através de relações sociais. Nessa relação ocorre a produção espacial e territorial, sobretudo pela conflitualidade entre as diversas classes sociais. Quando pensamos na luta camponesa, percebemos que a conquista da terra ocorre de forma coletiva e dentro de movimentos, assim“(…) a fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Assim, o território conquistado é triunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 1996, p. 242).

Assim o campesinato resiste ao sistema capitalista, embora ele esteja dentro desse conjunto, pois:

O sentido contraditório e desigual da existência do campesinato está no fato dele garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traído as leis do capital pela luta. De outro lado, ao se entender a reprodução do campesinato como uma possibilidade aberta pelo capitalismo está-se admitindo que é uma relação de dentro do capitalismo, ou seja, que tem lugar no capitalismo, servindo inclusive para a produção de mercadoria, como fazem aqueles que defendem a “agricultura familiar”. No caso dos assentamentos de sem-terra a existência camponesa está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarianização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao

desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência. (FABRINE, 2002, p. 81).

Nesse sentido o campesinato se ressignificam ao longo do tempo, procurando novas formas de enfrentar a política voltada para a não reforma agrária, bem como apoia-se um pequeno grupo veem nesse grupo social os enfrentamentos para permanência na terra. Enfrentamentos estes desde ao direito de possuir uma propriedade, ao direito e acesso aos créditos oferecidos pelo governo para produção agrícola. Assim o campesinato permanece, resistindo a desestruturação de uma política agrária voltada para expropriação do homem do campo, de seus vínculos e acesso à terra, nesse viés segundo Fabrine (2002, p. 80) “o campesinato é entendido como uma contradição implícita do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe contradição e conseqüentemente a existência dos camponeses”

Nesse contexto os camponeses não estão sozinhos do processo de luta pela terra. A historiografia nos mostra que vários mediadores contribuíram no apoio a resistir na terra. A Igreja Católica por exemplo a partir da década de 1970 voltou-se fortemente no apoio aos camponeses, sobretudo, revelando os conflitos no campo. Padres, Advogados, Freiras, tiveram presença nessa luta. Assim Clarionizia Ferreira Batista, trabalhadora do Assentamento, narra que:

A partir já de 79 a gente já começou, assim, ia para igreja, escutava as coisas, mas parece que aquilo me chamava um pouco atenção, mas eu tinha medo, porque era muita coisa que acontecia, mas a gente foi indo aos poucos.... De repente.... Começamos, na lá Vila Nova, começou já tinha as comunidades, já tinha uma pequenininha associação, aí foi a chegada das irmãs né? Acho que a CPT chegou em 79, parece[...] começou o trabalho delas. O Dom Patrick era bispo né? A gente sabe até da história que Dominique veio para aqui para acabar... a coisa dele aqui era... para encerra todo o movimento, que a igreja com padre Ricardo, que era o pároco aqui, já tinha essa luta na CPT, frei Henrique, os outros padres, foram presos, padre Aristides e padre Chico, que foi preso né? Que nessa época... a gente não fez parte dessa. [...] sabe só da história depois, na participação assim...então a gente viu muitas manifestações...sempre eles estavam. Pois que quando eles foram presos, né? ...o problema era mais para São Geraldo do Araguaia...para lá para a frente, ficou mesmo no município. A nossa luta foi começado em Conceição do Araguaia, nos bairros Vila Nova, né na Igreja, e aí também na associação lá tinha umas irmãs... Irmãs Jesus Crucificados, né, era uma coisa que...logo elas foram criando os grupos, a partir de ...eu entrei na igreja assim... Era um grupinho, eu fazia parte de um grupinho, onde moravam, a gente se reunia para rezar, eu conhecia a igreja, já na luta, na oração e na ação, então a gente assim, a gente tinha um trabalho, na Vila Nova, a gente começou a estudar o que era associação, a Irmã Tereza que era advogada, a por aí a gente foi se ingressando, aí meu esposo pra aqui pra ali nas roças. Tirando madeira, mexendo com madeira, aí começou a descobrir, o negócio da terra. Aqui...aí

falou, primeiro tinha tirado na beira do Araguaia, mas a gente tinha, não teve coragem de vir, aí perdemos.... Aí depois ele comprou esse direito aqui. Esse direito aqui foi comprado. A situação é uma história bem longa... (Clarionízia Ferreira Batista- (Ex-presidente da associação de Lavradores da Colônia Joncon/ Três Irmãos-Entrevista concedida em 11 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA)

O direito de terra por exemplo, apontado por Clarionízia foi conquistado por muita luta. Nesse período era função do GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), fazer a ordenamento território de terras. Mediadores da igreja Católica, sobretudo padres, irmãs, advogados, nesse período tiveram grande importância, pois a partir de orientações desses mediadores, os trabalhadores puderam com mais incisão seguir um caminho que pudessem conquistar o sonho da terra. Nesse contexto, Melo (1999) afirma que a conquista do direito da terra por vias legais, dava-se sobretudo com o apoio de diversos agentes, trilhando um caminho para que os trabalhadores pudessem ter o acesso à terra. Igreja Católica, com representantes da CPT, lideranças sindicais fizeram parte dessa mediação.

CAPÍTULO II-TECENDO A QUESTÃO AGRÁRIA: TERRITÓRIO EM DISPUTA

“O trabalhador sem terra é a mesma coisa que criar peixe sem água, não cria ”-Filipe Alves de Macêdo (Filipinho) –Trabalhador do Assentamento Joncon/ Três Irmãos-11 de janeiro de 2018.

Quando pensamos no Brasil agrário, podemos visualizar uma série de contradições socioespaciais e territoriais. Tendo como recorte a Amazônia e o sul e sudeste do Estado do Pará percebemos as diferentes “Amazônias dentro da Amazônia”, expressão utilizada por PORTO-GONÇALVES (2005). Assim, o sul Pará é uma área com altos índices de concentração da violência contra trabalhadores rurais e camponeses. Dessa forma este capítulo foi construído pensando do debate acerca da estrutura agrária brasileira. Sendo revisitado os percursos da luta pela terra no Brasil e no sul do Pará. Demonstrando assim que não existiu no Brasil uma reforma agrária e que as políticas implantadas na região Amazônia foram e ainda são voltadas para interesses particulares. A população forçada a migrar para a Amazônia, fugindo das mazelas sociais do território brasileiro, foram expropriadas pela atuação do capital, sobretudo pelos grandes projetos da agroindústria, da agropecuária e da indústria minerária.

2.1 Estrutura agrária e Luta pela Terra no Brasil

A história da estrutura agrária no Brasil é marcada pela violência, sobretudo pela expropriação massiva do homem do campo (MARTINS, 2009). Migrando de diversas partes do território brasileiro, pelas diversidades sociais e econômicas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, enfrentam as mazelas de uma política descontínua desde a formação territorial deste país. Assim os contrastes socioespaciais revelam que há grupos minoritários que conduzem o poder para a não (re) estruturação de uma reforma política e conseqüentemente de uma não-reforma agrária (OLIVEIRA, 1986).

Assim, a história da política agrária brasileira mostra que segundo Martins (1981 p.101) “a questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil (...)”, ou seja, é um resultado das contradições como a falta de políticas públicas para o trabalhador do campo, acesso aos benefícios agrícolas, como crédito para o cultivo e criação de animais, o que fomenta disparidades em todas as

regiões brasileiras. Os trabalhadores rurais, resistem a permanecer no campo, mesmo sendo expulsos de seu território, territorializam-se outra vez, mesmo não tendo uma política agrária que beneficie sua permanência no campo.

Um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu(...) O Nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produtos das contradições dessa expansão por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação (MARTINS, 1981, p. 16)

Dessa forma o Estado, com um ‘agente’, ausenta-se de seu papel. Estando segundo Oliveira (2001, p.10) voltado a interesses de grupos minoritários e específicos, pois “empresas estatais, grupos nacionais, e grupos estrangeiros formam o tripé de sustentação do poder no Estado do Brasil”. Nesse contexto, percebe-se que o território brasileiro é pensando geopoliticamente por organismos que visam a detenção do poder, sobretudo para dominação de trabalhadores rurais, e exploração dos recursos naturais.

2.2 Conflitos agrários no Sul do Estado do Pará

Ao mesmo tempo que a Amazônia possui uma exuberância quanto os recursos naturais, é um território de intensos conflitos, sobretudo pautado por interesses geopolíticos, civilizações indígenas violentadas, grilagem de terra, uma Amazônia que expressa muitos territórios. A ocupação da Amazônia foi pensada geopoliticamente para o comércio globalizado, pois “[...] feito sob a coordenação dos governos militares que preparam a região para que, mesmo sem a sua internacionalização de fato, a internacionalização de seus recursos naturais se efetivasse” (OLIVEIRA, 1986, p.14).

Desse modo, através de uma “geopolítica do poder”, segundo Becker (2006) a Amazônia foi ocupada com o discurso de “segurança com desenvolvimento”, gerando intensos conflitos no campo, principalmente no Sul e Sudeste do Pará. Desse modo, a partir do incentivo do Estado, uma forte onda migratória ocupou a região Amazônica. Trabalhadores rurais, posseiros, grileiros, empresários, projetos faraônicos, instalaram-se na região, sobretudo “amparados” pelo Estado (BECKER, 2006). O Estado, necessitava de mão de obra para colocar em prática as estratégias e interesses geopolíticos. Assim, segundo Oliveira (1986):

A estratégia do desenvolvimento passava a ser concebida como necessariamente concentrada, polarizada, sendo que a tarefa geopolítica da ocupação das fronteiras do país ficaria por conta das populações regionais. Papel singular foi traçado para a iniciativa privada que deveria atuar em todos dos setores rentáveis das atividades econômica, ficando para o Estado aquelas atividades deficitárias, porém necessárias a política de desenvolvimento, uma espécie de “socialização dos prejuízos”, comum nos Estados capitalistas (OLIVEIRA, 1986, p. 25).

Segundo Porto-Gonçalves (2017) quando pensamos a Amazônia no eixo das políticas, caracterizando-a como: I-Amazônia como natureza prístina; II-Amazônia como vazio demográfico; III-Amazônia como “reserva” inesgotável de recursos; IV-Amazônia como região de futuro. O autor endossa ainda que essa região é vista como soluções para as tensões sociais presentes no território brasileiro. Através de uma lógica de expansão e produção do capital que a Amazônia foi ocupada, sobretudo, por ser uma região com abundância em recursos naturais, assim:

Cabe a Amazônia a condição de estar a serviço dos desígnios a acumulação de capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas com a função de supridora de “recursos naturais”, com a geopolítica dos sistema mundo capitalista moderno-colonial impõe aos continentes/países/regiões/lugares coloniais, sobretudo aos grupos/classes sociais em situação de subalternização nessas diferentes escalas (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 19).

O sul do Pará, nas décadas de 1970 e 1980 foram palcos e intensos conflitos agrários, sujeitos de diferentes partes do país, muitos motivados por incentivos do governo, estavam em procura de terras devolutas, bem como de terras com títulos definitivos ou de aforamentos. Tais trabalhadoras rurais migravam de fazenda em fazenda procurando condições melhores de vida, sendo meeiros, vaqueiros, peões, nas mais diversas atividades do campo. Os discursos para a Amazônia giravam em torno de grandes “benefícios” para esses trabalhadores, o que de fato não era recíproco, pois, o Estado sobretudo pautado por interesses do capital, incentivaram, com o discurso de emprego, construção de estradas, criação de órgãos e programas, viabilizando uma região com lucros fáceis e grandes oportunidades (PEREIRA, 2015). A ocupação dessa região também ocorreu devido a construção de estradas, permitindo assim o fluxo de pessoas, bem como de mercadorias, assim:

No final dos anos 1950, em conformidade com as ideias e práticas então vigentes de modernização da economia brasileira, muito em voga principalmente a partir do governo JK, Conceição do Araguaia e o sul do Pará

de um modo geral começaram a sofrer alterações importantes em sua economia e conformação social. A construção da rodovia Belém-Brasília, por exemplo, inaugurada em 1960, exerceu um papel fundamental para toda a região do Araguaia Paraense. Localizada a 135 quilômetros de Conceição do Araguaia, essa estrada abriu inúmeras possibilidades de trânsito de pessoas, informações e mercadorias. Produtos dos agricultores locais – nesse momento um dos mais requisitados era o arroz - podiam então ser beneficiados em beneficiadoras locais e revendidos para o comércio de estados do Centro- Sul. Mais do que isso: com o acesso facilitado a região se tornou atraente para investimentos lucrativos por parte de capitalistas de outros estados. Especuladores de terras e fazendeiros- capitalistas procuraram, por diversos meios, adquirir terras no sul do Pará. É nesse contexto que o governo do Pará iniciou um extenso processo de titulação de terras devolutas existentes em sua jurisdição as quais, desde a Constituição de 1891, haviam passado da tutela federal para o domínio dos estados (TERENCE, 2013, p. 28).

Os projetos instalados na Amazônia foram estrategicamente pensando, atendendo as demandas dos sujeitos que migraram para a região ou que aqui já estavam, mas principalmente para que viabilizassem a geopolítica da exploração mineral e vegetal Amazônia,

No governo do General Médici (1969-1974) gerou-se uma campanha ufanista de que era urgente e preciso “integrar a Amazônia não para não entregar aos estrangeiros”. Assim os veículos de comunicação, sobre domínio do Estado, apresentavam o discurso que velava o verdadeiro interesse que se tinha por trás do jogo político, o que alimentava o domínio territorial por estrangeiros bem como a inserção de projetos agropecuários na Amazônia, sobretudo projetos aprovados pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), assim grupos estrangeiros adquiriam quantas terra desejassem. Em seu governo colocou em prática o processo de integração nacional, facilitando com que os recursos naturais da região amazônica fossem destinados a grupos multinacionais.

Com uma população de 47.560 pessoas, Conceição do Araguaia é um município situado no sul do Estado do Pará, na divisa com o estado do Tocantins (IBGE, 2018). Fundada pelo francês Frei Gil de Vilanova, recebeu o nome em homenagem a Nossa Senhora da Conceição no ano de 1897. Tendo como porta de entrada Rio Araguaia permitia o fluxo e tráfego de pessoas e mercadorias. Através de batelões a remo, produtos regionais eram comercializados, advindo das principais cidades do Pará, como Marabá e Belém, como querosene, açúcar, óleo, sal, roupas, bijuterias e cosméticos, entre outros (LUZ, 2011).

Nesse contexto Conceição do Araguaia passou, em sua reestruturação fundiária, foi caracterizada pela frente de expansão. A partir de meados da década de 1970, até a década de 1990 os conflitos do campo intensificaram-se, os conflitos abrangiam não só o

Estado do Pará, mas os Estados do Maranhão, Goiás (atual Estado do Tocantins e Mato Grosso (MELO, 1999). Esse território destaca-se como uma grande área de fronteira agrícola, onde a disputa pela terra, emergi assassinatos, descolamento compulsório de comunidades tradicionais. E Conceição do Araguaia tornou-se o centro de irradiação, expressão utilizada por Figueira (1998, p. 6). Receberá migrantes, que vieram de diversas partes do território brasileiro, dentre eles mineiros, goianos, maranhenses, entre outros.

Nesse contexto a Igreja Católica teve um papel importante nos conflitos pela terra. Com a abertura da BR 153, conhecida como Belém Brasília o fluxo migratório para o sul do Pará tomou novos rumos, assim Melo (1999) endossa que:

É possível diferenciar duas linhas de migração que chegam a região de Conceição do Araguaia: uma no sentido leste-oeste, vindo do Nordeste para o Maranhão e daí para o Pará, nos anos 60, e outra no sentido sul-norte, vindo da Bahia, Minas Gerais e espírito Santo, tendo o garimpo(exploração de cristais de rocha na margens do Tocantins e do Araguaia) com uma opção de curta duração, ainda durante a década de 40, seguida pela ocupação de terras devolutas de Goiás(hoje Tocantins) e posterior emigração para o Mato Grosso ou o Pará, já nas décadas de 60 e 70 (MELO, 1999, p. 29)

Com um território miscigenado Conceição do Araguaia possui migrantes de diversas partes do território brasileiro. Está no cenário dos principais conflitos agrários do campo. Este município recebeu desde a década de 1960 um fluxo migratório de diversos trabalhadores, principalmente de regiões com tensões sociais, bem como comerciantes e fazendeiros do Centro-Sul em busca de grandes porções territoriais na Amazônia, o que formou grandes latifúndios. Nesse contexto o município de Conceição do Araguaia, possui mais de 37 assentamentos rurais, conforme o **(Quadro 01)**. Assentamento Joncon/Três Irmãos objeto de estudo dessa pesquisa é o assentamento mais antigo, sendo criado no ano de 1987.

QUADRO 1-Assentamentos do Município de Conceição do Araguaia-PA

ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	DATA DE CRIAÇÃO
PA JONCON/3 IRMÃOS	418	07/08/1987
PA INGÁ	109	23/03/1988
PA MENINA MOÇA	77	11/11/1988
PA ARRAIAS	75	31/10/1991
PA CENTRO DA MATA	92	02/09/1992
PA SÃO JOSÉ DOS TRÊS MORROS	23	24/09/1992
PA INGÁ II	69	12/08/1993
PA INGÁ III	72	12/08/1993

PA APERTAR DA HORA	73	22/07/1994
PA LONTRA	65	23/10/1995
PA PECOSA	183	23/10/1995
PA SÃO DOMINGOS	65	23/11/1995
PA SANTO ANTONIO	81	17/05/1996
PA CURRAL DE PEDRAS	155	24/09/1996
PA CANARANA	305	24/09/1996
PA MARIA LUIZA	85	06/11/1996
PA NOVO ARAGUAIA - LOTE 03	64	14/07/1997
PA NAZARÉ	265	14/07/1997
PA GAÚCHA	101	10/09/1997
PA PRIMAVERA E OUTROS	45	22/10/1997
PA MILHOMEM	51	15/10/1997
PA PE JOSIMO TAVARES	1136	07/10/1997
PA INDIAPORÁ	53	14/01/1999
PA SANTA CRUZ	40	05/10/1999
PA SÃO RAIMUNDO	21	16/11/1998
PA CHIBIL	77	30/12/1999
PA SANTA EUDOXIA	74	15/06/2000
PA PEDRA PRETA	49	30/12/1999
PA MARREAS DO ARAGUAIA	91	05/12/2001
PA PARAGOMINAS	37	20/09/2004
PA COCALINHO	31	25/11/2004
PA CONSOLAÇÃO	83	08/08/2005
PA UNIAO BATENTE	103	13/11/2009
PA AGUAS CLARAS	25	28/12/2009
PA SANTA MARIANA	47	28/12/2009

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia-STTR-PA

A luta pela terra na Amazônia não é uma luta por sujeitos homogêneo, ela é construída a partir de múltiplos interesses e por diversos sujeitos, em diferentes espaço, tempos e escalas. Assim, confrontos entre os trabalhadores eram presente da região. Felipe Alves Macedo (*Felipinho*) narra sobre esse acontecimento que deixou expressa a violência no campo, sobretudo pela ausência do Estado e pela reforma agrária, que nunca foi prioridade na política brasileira.

“(...) O conflito foi entre o Isaias e o Divino.. Por uma garrinha de terra, eu estava lá...lá no lote 20 da Joncon.... Aí eu falei com o Divino, eu queria te pedir um favor, você termina de jogar essa partida aí, para nós poder fazer a reunião e ir embora para rua, aí ele não está bom, está bom. A gente está terminando. Aí ele terminou de jogar, despediu do parceiro dele, virou para os dois caras que era contra. Ele estava jogando em quatro. Despediu dos outros dois, como se tivesse indo fazer uma viagem, dentro da casa dele...aí saiu. Chegou na cozinha, aí eu não vi não. Porque ia começar a reunião para discutir, que era para eles escolher as pessoas para ir comigo para Brasília no outro dia. A audiência já estava marcada lá. Aí ele entrou lá dentro, bebeu café, aí pegou um peixeirona,(faca) que era da cozinha quando pegou a peixeira a mulher dele viu que aquele negócio não estava certo, aí ele saiu pelo lado de baixo da casa. Esse senhor de Isaias, esse maranhense, estava sentado assim, ele chegou e passou por ele quando chegou na frente dele meteu a faca bem em cima no coração. O Isaias era um homem forte, ele pesava mais de 90 kg, baixou o braço dele, e meteu a faca bem em cima do coração, quando eu ouvi aquele barulho. Aí eu vi o Isaias com a faca na mão,

o Divino não vi. Era muita gente. Eu vi o Divino com a faca na mão, aí eu falei, para o companheiro meu, eu não gosto dessas brincadeiras de faca não.... Ninguém sabia o que tinha acontecido, foi igual um relâmpago. Quando eu cheguei na beira da casa, perto da porta, o Divino estava acabando. . Aí eu fui para o lado do outro esfaqueado também, na beira do terreno. aí um dos, três companheiros pegaram ele, aí levou para um rio próximo, aí logo ele morreu” (Felipe Alves Macedo-Filipinho. Ex-presidente do STR e camponês do Assentamento, Joncon/ Três Irmãos, 10 de janeiro de 2018).

Esses trabalhadores são vítimas da própria violência, sendo um dos entraves a falta de realização de reforma agrária, sobretudo de atuação do GETAT. Percebe-se assim que a violência no campo é resultado de múltiplos fatores, como a não realização de uma “reforma agrária”.

2.3 Territorialização e Territorialidades do Assentamento Joncon/ Três Irmãos

Na região Amazônica várias territorialidades foram sendo construídas, a partir do contato com o rio, com a mata, e com os sujeitos que chegaram formando assim um território, com múltiplos saberes. As narrativas dos interlocutores dão significado e ressignificam a compreensão da formação territorial dessa parte da Amazônia. Milton Santos afirma que “O território é o lugar em que se desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, toda as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2008, p. 9).

Nas narrativas, percebe-se as lutas que os camponeses advindos de diversas partes do território enfrentaram, territorializando-se em meio aos conflitos entre os próprios posseiros, fazendeiros, empresários, entre outros agentes. Assim o Projeto de Assentamento Joncon/ Três Irmãos está localizado no município de Conceição do Araguaia, há 50 km do núcleo urbano. O Assentamento corresponde a seis lotes, com 900 alqueiras cada. Sendo que os lotes 5, 6, 7, 8 e 20 foram advindos da fazenda Joncon, na qual o dono chamava-se Justiniano Clímaco da Silva, nas narrativas dizem que ele era solteiro e médico. O lote 4 é advindo da fazenda Três Irmãos, de propriedade de Carlos Gomes dos Reis.

Várias narrativas são postas quanto ao significado do nome “Joncon”. Quando os trabalhadores chegaram ocupando os primeiros lotes já se tinha o nome. Ainda teve um debate dos assentados quanto ao questionamento do nome do Assentamento. Os moradores da área em estudo revelam que o vocábulo significa “Curva do Rio”, que é de

origem indígena. Pois o assentamento faz contato com a margem esquerda do Rio Araguaia na qual apresenta traços sinuosos. Na narrativa de Luís Carlos Batista (Tonico Preto) trabalhador assentando desde a década de 80, narra um acontecimento que os indígenas, vivenciaram ao ter contanto com essa curva, juntamente com padres que percorriam a região, em seus trabalhos religiosos, assim narra que:

“Os índios vinham de barco... junto com os padres de São Geraldo, mas vinha muito em Conceição. Eles eram ligados a diocese de Conceição do Araguaia. Certo dia eles vinham de barco com os índios, eles viviam com o índio lá, aí eles vinham, quando vinha..., eles não via, porque era na volta que dava para olhar. Aí eles iam, tem esse “S” tipo, de G”, o cara ia subir de barco pra ir embora, quando voltou, ele foi voltando que deu em cima, aí desapareceu o rio, porque já tinha ficado pra trás a virada do rio, aí chegou e entrou num beco, aí começou a gritar: Joncon Joncon, Joncon, os índios: Joncon Joncon, aí que foi virá esse barco pra trás pra poder fazer a volta, aí fico como Joncon, o que é? É uma curva que desaparece a saída do rio” (Luís Carlos Batista, Tonico Preto, entrevista concedida em 12 de novembro de 2017-Assentamento Joncon Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Luís Carlos Batista (Tonico Preto) revela que tinha um grupo de aproximadamente 15 homens que deram início ao processo de luta pela terra. Nesse período a chegada de migrantes era intensa, sobretudo de migrantes da região nordeste e bem como da região centro sul do Brasil

Diversos motivos fizeram para que os trabalhadores rurais migrassem para o sul do Pará, e ocupassem o Assentamento Joncon/ Três Irmãos. Até meados da década de 1980 possuía uma grande reserva de madeira, principalmente de caucho e mogno, entre outras espécies. Era uma região com grande abundância em recursos naturais. Muitas pessoas foram atraídas para essa região com o intuito de melhorar suas condições de vida, assim Luís Carlos Batista (Tonico Preto), traz os asseios da conquista pela terra:

“Eu sou de Minas, sou do Triangulo Mineiro, cidade Santa Vitória...cheguei aqui em 1975 em Conceição do Araguaia, mas eu não vim para trabalhar em área de reforma agrária não, não existia isso aqui, existia um assentamento feito pelo governo federal e estadual na época. Mas não aqui, aqui era fazenda, tinha parte lá perto de Conceição que trabalhava em cima disso. A gente veio não conseguiu participar do projeto deles né, porque já estava bem adiantado, projeto velho...do governo do Estado. E aí a gente veio para cá, não estava pensando em ter terra de grilar terra essas coisas, ninguém estava pensando nisso. Em 82 depois, nos anos 80 eu vim para cá explorar madeira, eu era madeireiro, depois que surgiu dentro do PA, as ideias né? Dos que veio chegando, veio chegando e a gente foi organizando e fazendo grupo. Quando foi em 82, nós, já tinha no grupo muito bem preparado. Eu cheguei aqui em 80, Já tinha gente explorando madeira aqui. Aqui nessa região passava uma estrada aqui de madeireiro que ia para a beira do rio, levando tora para mandar para o Araguaia, para levar de barco, para fora para poder cerrar, nos anos 80. O povo foi espiando mais, porque tinha muita madeira boa né?

E aí foi aonde que surgiu a vontade de ir lá e ganhar aquela terra, porque a gente já estava passando a conhecer o dono da terra, e ele estava abrindo mão da organização, e desse jeito foi feito, quando nós fomos em Brasília lá pedir a desapropriação da terra, disso aqui, ele foi com a gente, o dono foi lá conversar com o ministro... O Ademir Andrade. Desde da época que nos ganhou já começou a ter umas casinhas aqui. Na estrada dos madeireiros já começou a vir ônibus aqui dentro para buscar o pessoal, numa empresa com o nome de Xinguara. Ela entrava aqui, até na frente e voltava, e aí a gente foi aglomerando pessoas, aí surgiu a questão de transferência de terra, que o cara estava acumulando passando por outro né? Aí o GETAT, tomou as providencias, e veio buscar organização aqui, já encaminhada pelo ministério. Na época que nos estava desapropriando...da desapropriação que teve interesse coletivo, nós já tinha madeireira aqui dentro dessa colônia com grande escala, tirando madeira aqui dentro, e aí a gente tinha. Nos só aplumou essa estrada que vem para cá, nos conseguiu a colocar ela em linha reta, de lá pra cá, foi mais ou menos na base de uns 30 km de estrada. (Luís Carlos Batista -Tônico Preto, entrevista concedida em 12 de novembro de 2017- Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

A trajetória de luta pela terra na região do sul do Estado do Pará, foi pautada por intensos conflitos agrários, bem como, foi e é um território onde o poder do opressor ganha espaço. A trajetória de vida dos assentados do Assentamento Joncon/ Três Irmãos é uma história de violência sobretudo do embate entre posseiros, trabalhadores rurais, fazendeiros, grileiros, ribeirinhos.

Conceição do Araguaia a partir da década de 1960 e 1970, recebe inúmeros empreendimentos, ganhando destaque a empresa agropecuária. Assim o trabalho rural é submetido aos ditames dos fazendeiros, que são donos desses empreendimentos, a oferecer sua mão de obra barata para realizar atividades nas fazendas, sendo submetidos a exploração e violência, em muitos casos endividando-se com os proprietários das fazendas. Nesse contexto:

Para além da rápida expansão das relações de assalariamento, merece destaque uma forma particular que estas assumem: para realizar grandes derrubadas e implantação de pastagens nas fazendas, utiliza-se a mão de obra de peões, em grande parte trazidos de outras regiões, cujo trabalho se dá mediante um sistema de dívidas. Através desses sistema, controlado pelo “gato” ou empreiteiro, que por sua vez é controlado pelo fazendeiro ou gerente, os peões são submetidos a condições de extrema exploração e violência...(MELO, 1999, p. 32).

Os municípios que foram constatados trabalho análogo ao escravo foram justamente nas propriedades onde estava os empreendimentos agropecuários. Os empreendimentos do Sul do Pará foram subsidiados pelo governo, sobretudo pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), como tem apoio do governo a documentação para instalação da propriedade fundiária, ocorria sem

empecilhos, diferindo assim dos posseiros, que tinha que permanecer meses ou anos para obter a titulação de suas terras. Melo (1999) e Figueira(1998) ressalta que a violência no campo é também resultado de estruturas sociais políticas e administrativas, no ordenamento territorial do sul do Pará. O embate entre trabalhadores rurais e fazendeiros (muitas vezes latifundiários) ou pretendes a ter uma terra, criavam mecanismos para obter áreas ocupadas:

Ao constatar a presença de posseiros, os proprietários, davam entrada numa ação judicial de reintegração de posse, eu normalmente resultava numa ordem de despejo, executada pela polícia (não raro junto com pistoleiros). Paralelamente a essa ação ou mesmo antes dela, buscavam garantir sua posse através do uso de diversas formas de pressão, como a soltura de gado para destruir as roças, a obstrução das vias de acesso as posses, ou o desmatamento e a sementeira de capim, que inviabilizava as roças. Outras medidas eram a ameaça direta, a expulsão, a queima de casas e destruição dos pertences, o envenenamento da água, a tortura, a perseguição e a morte (MELO, 1999, p. 34)

Com a exploração de minérios no Sul e Sudeste do Estado do Pará houve uma forte migração, principalmente trabalhadores rurais, sobretudo de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, dentre outros. Com alguns garimpos exaurindo os minérios, gerou-se uma farta mão de obra, pois muitos trabalhadores não conseguiram retornar para a sua região de origem. Outro fator apontado por Melo também foram os projetos de pecuária extensiva que eram financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Estes projetos contribuíram para a derrubada de matas no sul do Pará. Porém houve uma queda na implantação dos projetos, o que gerou mão de obra. Nesse sentido:

Os conflitos pela terra que ocorrem na Região de Conceição do Araguaia nas últimas décadas não derivaram, assim, duma simples continuação dos fluxos migratórios típicos do período anterior, mas de fatores específicos (garimpos e derrubadas nas fazendas) que motivaram deslocamentos e geraram um público que desprovido de alternativas de ocupação e renda, passou a ocupar as “terras livres” (MELO, 1999, p.55).

Desde a década de 1960 houve uma forte migração para esta região, advindos sul e sudeste, mas principalmente do nordeste brasileiro. O então Assentamento Joncon/ Três Irmãos tinha muita vegetação densa, conforme os posseiros foram chegando, ocupando ao passar do tempo, conforme a narrativa de Marizeth:

Nós chegamos aqui era só mata, mata, mata, mata, mata. Aqui a gente trabalhava, plantava, arroz, mandioca, feijão, a terra aqui não é muito boa para feijão. Compramos um pedacinho de terra porque nos comprávamos 10 alqueires aqui em sociedade, depois a gente comprou mais 10, foi aumentando. E gado nem pensar, eu acho que gado não é a solução como você está vendo aí a situação agora. Já produzimos muito (...) (Marizete de Jesus Santos- 11 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmão-Conceição do Araguaia-PA).

Nas narrativas percebemos como o campesinato atua, na conquista da terra, conforme fica claro nas falas dos camponeses do Assentamento em estudo:

Estava começando a criar um conflito. Posseiro que veio para invadir com nós aqui dentro, aí começou a aí foi respeitado, onde que não teve nenhum acidente... não teve morte, não teve mão armada, não teve nada. A gente conseguiu assegurar, porque nós éramos um grupo de pessoas que queria a terra mesmo. A questão nossa era a terra, não era confusão... A nossa questão, todos que veio para cá, queria um pedaço de terra(...), a nossa comissão criada primeiro, ela era respeitada. A comissão foi criada em 83, e ela conseguiu administrar, isso aí, até sair a desapropriação, a ida em Brasília, criou a associação em 85 para 86, criou a associação de lavradores aqui, mas foi pacífica. Foi toda uma coisa pacífica, não foi uma coisa de agredir ninguém. Teve um fazendeiro, que tinha. Assim, uma abertura na conversa dele, que foi favorável à nossa organização porque era muitas famílias respeitadas aqui dentro. Nós, mostrou para ele que tinha resistência e queria as coisas correto, não queria bagunça, né? E a gente conseguiu fazer isso graças a Deus, por isso que tem essa história dessa colônia, não sou eu, mas nós éramos um grupo aí de uns 30, 40, 60, agora dos mais velho, nós era um grupo aí dos 20 e pouco, que foi se organizando. (Luís Carlos Batista-Tônico Preto, entrevista concedida em 12 de novembro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Nas narrativas é possível perceber a simplicidade e os motivos pelos quais os assentados no Assentamento Joncon/ Três Irmãos, motivados por diversos interesses migraram para a região sul do Pará em busca de melhores condições de vida. Assim Clarionizia narra seu percurso na territorialização do assentamento.

[...]E aí eu tinha tido minha última filha né? Quando ela estava com treze dias de nascido ele (esposo) veio embora. Ai quando foi em março de 76 ele me buscou... aí a gente veio aqui para Conceição do Araguaia, então assim, a gente não veio ao endel não... a gente nasceu e me cresceu lá em Minas, casei, tive meus filhos, né? E aí que a gente veio aqui para Conceição. E aqui ficamos lá... uns dois meses na cidade, aí fomos para essa fazenda, lá ficamos um ano e pouco, e aí o homem perdeu as terras, esse fazendeiro perdeu as terras porque era de órfão, né? E ele perdeu tudo, e aí com muito tempo a gente voltou...Ficou morando na fazenda dos outros, daqui pra ali, ele queria que a gente voltasse pra trás, a gente não quis mais, porque já tinha perdido o emprego, então a gente tentou ficar por ali, e aí onde que estamos até hoje...Aí ficaram... ele trabalhou nas cerrarias, lá em Conceição, a gente mudou para Conceição, até 79 a gente veio para a cidade, aí morava de aluguel, colocava os meninos na escola, eu lavava roupa né prós outros, para poder ajudar a

gente a sobreviver e ele era trabalhando pra aqui pra li...Aí depois a gente conseguiu comprar um casinha lá na Vila Nova... aí lá a partir de... em 80 a gente começou a ingressar um pouco a conhecer, ir para a igreja, a gente era assim isolado de tudo né?[...]Chegamos aqui em 82, tinha morada aqui, só que assim, a gente passava semana...aí em 86 a gente mudou, mudamos, os meninos estudando, aí tomaram bomba, aí fizeram... disseram que era um castigo né? Ai quem ficou castigado foi nós. Bom não foi porque assim as coisas acontecem, mas também depois tem as coisas...aí tomaram bomba.aí a pessoa se sacrificando, trabalhava a semana todinha, os três na rua, aí ficavam só lá na rua também... os três filhos tomaram bomba. Aí pensamos, vamos levar esses meninos para a roça.... E aí mudamos, carregando os trens, mudamos tudo para a roça né? Aí eu falava não é assim... aí o Tônico, não tem esse negócio não. A gente fez tudo para estudar não quer? Aí eu tinha uma roça de feijão... isso aqui tudo era feijão... bora para roça catar feijão. (Clarionízia Ferreira Batista, entrevista concedida em 11 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmão-Conceição do Araguaia-PA).

Nesse movimento percebemos as múltiplas territorialidades, ao mesmo tempo que os migrantes que chegavam ao futuro assentamento, estavam sendo territorializados. Haesbaert (2004) endossa que ao mesmo tempo que os sujeitos são desterritorializados passam pelo processo de re-territorialização. Assim Saquet(2007) endossa ao afirmar que:

São novas territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas do (Estado, de partidos e de bairros) e econômicas(centradas na criação e reprodução do capitalismo) e estão presentes nessa reterritorialização. Têm uma postura múltipla frente ao conceito de território, apreendendo do capital. (...) A territorialização é determinada no bojo da desterritorialização (SAQUET, 2007, p. 56).

O STTR de Conceição do Araguaia, comandado por grandes fazendeiros atuava na região sul do Pará. O STTR atuava no município na forma de assistencialismo, conforme narra a trabalhadora rural Clarionízia,

O proprietário aqui era o Luiz Viado... (apelido) ...as pessoas entraram, aqui já foi desapropriado depois que estava tudo dentro, aí foi desapropriado...a pessoa foi trabalhando aí na época era o GETAT. O sindicato era dos fazendeiros, não era para o trabalhador, defendia mais o Bertoldo Siqueira, era o presidente do sindicato na época, desde que eu me entendi, que eu cheguei esse Bertoldo, inclusive nos era até associado ao sindicato nessa época, a gente associava era para ter médico, dentista né? Custou tirar isso da cabeça do povo, porque na verdade o sindicato não é para isso né? O sindicato não é para prestar assistencialismo. A gente pagava, inclusive mesmo o tônico, meu espaço, associou na época, para a gente ter carteirinha, pra consultar os meninos, era essas coisas assim ... Clarionízia Ferreira Batista entrevista concedida em 11 de novembro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA))

Dessa forma o STTR não tinha como objetivo a coletividade, mais sim, interesses unilaterais, voltado sobretudo para o domínio territorial e político no campo. O STRR de Conceição do Araguaia, comandado por Bertoldo Siqueira procuram de toda as

formas não perder o poderio político na região. Para conquistar o poder, como presidente e manter a oligarquia no STTR, era ofertado serviços médicos e odontológicos, bem como insumos agrícolas, em troca de favores, como o voto. Nesse período, meados da metade da década de 1980, estava chegando migrantes de regiões vizinhas, como trabalhadores do Estado do Maranhão e Tocantins (Antigo Norte de Goiás). Desse modo, Adão, narra que:

Eu vim do Tocantins, eu nasci em Miracema do Norte Tocantins, mas fui criado naquela região de Gurupi. Tenho 63 anos. O que me motivou, foi buscar um pedaço de terra, né? Nos vivia nas terras dos outros, aí depois passamos a pegar uma terrinha, mas muito fraca, aí surgiu no Pará, inclusive aqui na Joncon. Já vim direto pra Joncon, essa terra aqui meu pai veio. Eu fiquei lá. Aí vim para o Pará. Eu sempre trabalhei aqui na associação no sindicato, mas o que me trouxe para cá foi isso(...), já peguei o barco andando, aí entrei e fique até hoje e graças a Deus. Sou muito feliz. Aqui a gente cultiva o arroz, planta mandioca. Eu considero o Pará como se fosse o meu estado, eu saí do Goiás para vim para o Pará, para mim é um estado que eu não tenho nada, nada contra, eu acertei o lugar certo para viver o resto da minha vida e não tenho intenção em sair daqui é lugar muito bom para se viver, um estado muito rico, muita fartura, só depende da gente né? (Adão Pereira dos Santos, 12 de outubro de 2017- Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

O sul do Estado do Pará era visto como uma oportunidade para os trabalhadores e trabalhadoras, pobres e sem expectativas de condições boas de trabalho, migrava para esse território. A Comissão Pastoral da Terra teve grande papel na colaboração juntamente com os assetados do Assentamento, bem com o GETAT, era o órgão quem fazia a delimitação territorial na época, sobretudo apoiado pelos fazendeiros.

Então a questão e a seguinte a gente teve aqui a CPT. É um movimento de qualidade. Foi muito forte aqui com a Aninha na frente. Teve o Guarací que era o técnico da CPT, e representava a igreja Católica. E a gente estava no meio desse movimento aí, né? Recebendo o apoio dessa moçada toda, e trabalhando honestamente com o grupo, então a gente teve dentro da discussão. Teve pessoa que não acreditava no grupo. As vezes saía companheiro, o fazendeiro me pegava lá na cidade, queria me envolver para mim separar, para não confiar em mim. Então eles queriam me envolver para tira a força do lugar dos trabalhadores. A gente tem muita história para contar, mas a partir que teve a chegada do pessoal de Brasília para cá, aí sim a coisa começou a funcionar dentro das margens da organização forte. Ai naquele tempo era o GETAT que tinha em Conceição...O GETAT era muito forte e era do militar, então o que que acontece(...) nós conseguimos encurralar o GETAT, para ele entregar a desapropriação, aqueles Asdrúbal Mendes, era representante do GETAT lá em Belém, e ele estava amoitando o processo de desapropriação para não entregar para nós e nós fizemos botar ele para fora, aí nos denunciou ele com o ministro. Denunciamos ele com o presidente da república e ministro Ademir Andrade levou a denúncia. Ai

conseguiu fazer ele entregar, nos ficou seis meses ainda sem saber se tinha desapropriado(...) e já tinha desapropriado, porque nós tinha documento, e ele não mostrava, o documento apoiando o fazendeiro aqui ó, aqui dentro, os pistoleiro aqui dentro, ai nos botou pra quebrar aqui dentro(...) Ai nós fumo lá na sede, reunimos todo mundo e nos foi na sede, vamos tirar esse pessoal daqui é na marra mesmo ai, o GETAT, não vai tirar, nós vai tirar ele na marra, ai nos juntou a comissão grande aqui e fomo lá, negociamos com o fazendeiro, ai o representante do ministério lá de Belém, veio aqui com a polícia federal e tirou ele, tirou o fazendeiro, tirou pistoleiro tirou tudo, ai nos ficou livre, livre de tudo, graças a Deus ...mas sem ninguém levantar uma arma de fogo, nenhum canivete não foi aberto, nenhum canivete.. A história daqui é formada em cima da sobrevivência das famílias dos agricultores que viveram no conflito também. A história dessa Joncon é muito grande, a história é emocionante, você olha assim, é um espelho de organização, é um pensamento positivo, é uma coisa bem pensada, o interesse das famílias é que fez a organização ficar forte. Quem chegou aqui topou só mato, hoje tem aí uma cidade aí que deu origem a Joncon o nome de Vila Joncon. A sede é lá na beira do rio. (Luís Carlos Batista-Tônico Preto 12 de novembro de 2017- Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Algumas narrativas, com medo de receio, não revelaram alguns conflitos no campo. Porém nessa narrativa é apontado com detalhe os enfrentamentos que os camponeses tiveram no percurso da luta pela terra no Assentamento Joncon/ Três Irmãos, sobretudo pelo embate entre policiais e trabalhadores rurais. A luta dos camponesas não existe somente para o acesso à terra, mas para que nela pudesse tirar o sustento para materialização de seus sonhos. Nesse sentido o processo de mediação foi essencial para que os sujeitos do Assentamento em estudo, conseguissem coletivamente as demandas surgidas ao longo do tempo.

CAPÍTULO III-TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DO ASSENTAMENTO JONCON/ TRÊS IRMÃOS

“Tudo começou pela CPT e STR na organização do movimento...a gente reunia as comunidades e os representantes discutia o que estava precisando. A gente saía de casa em casa...tudo que foi criado aqui foi através do movimento(...)”

(Clarionizia Ferreira Batista-11 de novembro de 2017-Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA

Este capítulo tem como proposta discutir o papel dos mediadores nos conflitos de terra no sul e sudeste do Estado do Pará, tendo como objeto o Assentamento Joncon/ Três Irmãos, destaca-se assim o papel da Igreja Católica, representado aqui pela CPT, bem como pela criação e atuação dos STRR-Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Assim a Comissão Pastoral da Terra, instalada no município de Conceição do Araguaia, realizou o mapeamento de conflitos do campo e realizava formações de fé e política. Bem como apresenta as principais estratégias que os trabalhadores do Assentamento realizam para sobrevivência, como pequenos cultivos agrícolas (abacaxi, arroz, milho, entre outros) bem como criação de (aves, porcos e gados).

3.1 Teologia da Libertação, Campesinato e Território: Em busca de uma reforma agrária.

Com contradições e princípios fechados e conversadores, a Igreja Católica participou como mediadora no processo de (re) organização espacial, ideológica e política de demandas de organizações populares, sobretudo do homem do campo. Segundo Menezes Neto (2007) nos anos 1950 e 1960 ganhou destaque na América Latina, o movimento religioso denominado Teologia da Libertação, ligados a uma luta política de cunho socialista. Assim, endossa que:

A Igreja Católica, buscando uma adequação ao momento político e não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Esse Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. No Brasil, os padres Henrique Vaz e Almerly Bezerra passam a publicar sobre temas ligados a uma ação popular e engajada da Igreja. Nesse contexto, a politização à esquerda de parcelas da população e a abertura da Igreja Católica para as políticas sociais, resultado do mencionado Concílio, propiciaram um clima político que resultará no engajamento de diversos setores religiosos com políticas de esquerda (MENEZES NETO, 2007, p. 332).

Desse contexto a Teologia da Libertação estruturava-se no Brasil a partir de Gustavo Gutierrez que apresentou propostas de uma teologia pautada na prática social, endossando os princípios da Teologia da Libertação duas alas faziam se presente, uma voltada para exigências evangélicas, sobretudo histórias, conhecendo assim a realidade e outra ala tendo como referência uma base filosófica marxista (MENEZES NETO, 2007; IOKOI, 1996; BOFF e BOFF, 1986).

A partir desse período, reuniões, conferências se intensificaram em uma mudança em setores ainda conversadores da Igreja, principalmente quanto ao seu posicionamento quanto aos camponeses. Assim com o Concílio Vaticano II novas possibilidades surgiram quanto a um olhar sobre mais sensível as demandas populares. Assim:

O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII e concluído durante o papado de Paulo VI, ainda que mantivesse uma linha moderada em seus textos oficiais, possibilitou algumas mudanças no interior da Igreja que acabaram por reforçar os setores progressistas em seu empenho de aproximar a instituição às demandas populares, especialmente através da atuação política e pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), do Movimento de Educação de Base (MEB), da Pastoral Operária e da CPT. A influência dessa nova tendência da Igreja pode ser observada quando analisamos uma série de documentos produzidos pelo clero católico desde inícios dos anos 1970 (PETIT, PEREIRA, PESSOA, 2014, p. 337)

Com a conferência de Medellín na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em 1986 fortaleceu o papel da Igreja Católica como mediadora na luta com os sujeitos abarcados pelas mazelas sociais. O MST (Movimento Social dos Trabalhadores Rurais), teve como prática a mística, advinda de influências religiosas, pois favorece o espírito da coletividade, essencial na luta pela terra. Para os trabalhadores rurais conquistar uma terra, passa sobretudo pela parceria e pelas relações sociais que são construídas. Através da mística, fortalecem os anseios coletivos para permanecer na terra e dela tirar seu sustento (MENEZES NETO, 2007).

A Igreja Católica representando pelo Comissão Pastoral da Terra atuou de conforma incisiva no Assentamento Joncon/ Três Irmãos, realizando apoio na luta contra a violência no campo, bem como realizando formações quanto a uso da terra. Em parcerias com diversos agentes como o INCRA e EMATER realizavam formações sobre como realizar plantios com o menor número de impactos ambientais, técnicas para a agricultura orgânica, bem com técnicas para criação de abelhas (apicultura) e criação de peixes (piscicultura). Nesse sentido:

A CPT foi à aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terra no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra". A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STÉDILE ; FERNANDES, 2012, p. 20).

A organização, centrada no coletivo é uma das práticas utilizadas pela CPT e pela Teologia da Libertação, ou seja, a Igreja com um prisma ideológico passou a colaborar nas discussões dizendo que o camponês precisava trabalhar no coletivo e colocar-se como sujeito ativo na luta por seus direitos. Na narrativa de Clarionizia Ferreira Batista nota-se as concepções sobre política, muitas vezes adquiridas nas formações com apoio da Movimentos dos Trabalhadores Rurais-(MST), ao mesmo tempo que Igreja atua na formação desses camponeses, há também um senso crítico por parte dos camponeses que enxergam as concepções ideológicas da Igreja, assim:

A gente teve uma clareza de certas coisas né? Assim o que é a política? Tem as políticas públicas, e a política partidária, isso para mim eu acho que foi uma riqueza... a minha realidade e outra. Eu tenho uma outra maneira diferente, que talvez... Às vezes eu reclamo da igreja, é um padre que vem para casa. Então eu vou orar, vou orar em casa, porque na igreja é oração, celebração, então o que é uma celebração para mim eu tenho clareza do que é uma celebração, como ela tem que agir de que é a vida comunitária na igreja, e para mim é essa visão que eu tenho e as vezes que hoje, infelizmente de falar né? ...nossa igreja hoje, e o povo a igreja precisa né? De alguma coisa, financeira, a gente fala porque é o desabafo né? Acho que hoje essa questão a gente ver, os maiores dizimistas são quem? Então porque que tem que sustentar? E toda uma realidade, e a gente com essas ideias que a gente tem, né? A gente é um pouco excluída. Porque assim a gente aqui em Conceição tinha uma longa história, era chamando pra tudo, pra conselho, eu não sei nem quantas partes de conselho a gente fazia porque a gente tinha um trabalho, e este trabalho por exemplo se a gente for contar toda a história pra você aqui de entro que Aninha colocou esses dias... Nós fizemos um trabalho nessa Joncon de casa em casa, porque assim são cinco lotes, só daqui , cada lote é 900 alqueires na época tinha 400 e poucas famílias...Ai a gente fez um trabalho de casa em casa ..A CPT trazia esses estagiários que estudavam fora, eles vinham pra ir pra CPT, né buscar isso que você está colocando aqui, ai vinha pra aqui, aqui tinha uma associação, ali tinha um barracão, né? Era um trabalho em conjunto, era o MEB, CPT, Sindicato e as associações e a igreja, então assim a igreja Católica, fazia muita parte, inclusive aqui também teve algumas evangélicas que no começo alguns pastores, também veio (Clarionizia Ferreira Batista, 10 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Assim o trabalho de casa em casa conforme narrado por Clarionizia, foi impulsionado pela Comissão Pastoral da Terra, realizando formações de diversas áreas e

temáticas, juntamente com missionários e coletivamente com os trabalhadores Rurais. Assim, Pereira (2008) endossa que:

(...)agentes de pastorais, padres, freiras e bispos estavam desenvolvendo os chamados “trabalhos de base” nas famílias camponesas, como educação sindical, saúde popular, legislação, reuniões, cursos, assembléias, missas, celebrações e outros serviços político-pedagógicos: como melhor se organizarem em suas comunidades e exigir os seus direitos, partindo sempre da visão de que era possível que esses trabalhadores rurais se conscientizassem e se organizassem e, a partir de seus próprios problemas e dificuldades(...) (PEREIRA, 2008 p.107).

Conscientização e organização são palavras chaves para a mobilização dos camponeses. Nas narrativas nota-se que os sujeitos perceberam que eles tinham apoio e alguém que ouvissem os asseios das lutas diárias e do percurso da luta pela terra, assim não estavam sozinhos para conquistarem e poderem produzir em suas terras.

No percurso da formação territorial do Assentamento Joncon/ Três Irmãos, bispos, padres, agentes pastorais atuaram diretamente na formação dos camponeses, Clarionizia Ferreira Batista, narra que Manoel Martins de Almeida (Manelão), missionário da Igreja Católica, já falecido contribua nas místicas com cantos religiosos, sobretudo sobre músicas que retratavam o trabalho do homem no campo, das dificuldades e das conquistas. Dom Patrick Joseph Hanrahan, Padre Mike Ferris, Padre Sebastião Brito da Cruz, Ricardo Rezende Figueira, Padre Gaspar Moreira são destaques nessa relação de formação política e fé, dentro do assentamento. Assim, é narrado que:

Aqui a igreja o sindicato, através da igreja, as irmãs Jesus Crucificados, na época, a congregação que tinha aí né? Porque primeiro era as dominicanas...Irmã Ernestina. Manelão foi outro guerreiro, finado Manelão né? Na época a gente tinha um grande apoio, os cursos que eu conseguir participar, né? O sindicato ajudava com uma parte e a igreja com outra. Dom Patrick foi muito guerreiro na questão da formação do leigo... com o bispo, as formações que a gente tivemos, era um grupinho pequeno. A gente conseguiu... o padre Sebastião, ele era daquele jeito dele né? Foram muitos padres, principalmente Padre Ricardo, Padre Mike Ferris, acho que era Holandês, Padre Piter (...)foram muitos guerreiros também na formação... teve também o Gaspar, que era pároco. Aí ele assumiu como bispo até chegar o Dom Pedro. O Padre Gaspar deu muito apoio nas comunidades, nós aqui na região tínhamos 28 comunidades (Clarionizia Ferreira Batista-, Entrevista concedida em 11 de novembro de 2017-Assentamento Joncon/Três Irmão-Conceição do Araguaia-PA).

Através da medicação, os trabalhadores do Assentamento Joncon/ Três Irmãos, iam almejando o direito da terra, e sobretudo para que nela pudesse tirar a subsistência

para criação de seus familiares. As formações que aconteciam, mediados pela CPT, fortaleciam a coletividade na fé e na política.

3.2 A atuação da Comissão Pastoral da Terra no Assentamento Joncon/ Três Irmãos

Como mediadora a Comissão Pastoral da Terra-CPT, tinha juntamente com os trabalhadores rurais um importante papel no mapeamento dos conflitos que essa região passava, assim:

As relações da Igreja com o poder mantiveram certa dubiedade durante o início da política de incentivos fiscais. Com a eclosão dos conflitos e o recrudescimento da violência, no entanto, essa relação torna-se claramente antagônica, com Igreja posicionando-se em apoio aos posseiros. Em documento de 1970, intitulado “o problema dos posseiros nos municípios de Conceição e Santana do Araguaia-1970”, agentes ligados A Diocese apresentam sua primeira denúncia pública dessa problemática. Logo surgem diversos incidentes em que religiosos e agentes de pastoral são presos, espancados e interrogados, além de serem alvo de diversas campanhas difamatórias promovidas pelo Exército e por Órgãos do Governo (MELO, 1999, p. 36)

Percebe-se diversos agentes como mediados no processo de luta pela Terra no Assentamento Joncon/Três Irmãos. Igreja Católica, iniciou o apoio aos camponeses, a partir da coleta e divulgação de dados sobre a violência no campo, posicionando-se como uma mediadora dos conflitos fundiários em território Brasileiro e neste caso também no Sul do Pará. A Igreja Católica atou na região não só divulgando os dados de violência, mas em parcerias com outros órgãos como EMATER, INCRA, na realização de cursos para os trabalhadores rurais, nesse sentido:

A igreja Católica através da Prelazia e depois da Diocese de Conceição do Araguaia, manteve uma presença forte e ativa ao longo da história do município, através dos religiosos, agentes da pastoral e dirigentes de comunidades eclesiais de base a ela relacionados. A partir destes e da autoridade episcopal, a Igreja ocupou posição determinante da forma assumida pela questão fundiária e pelos desdobramentos. Da condição de fundadora de Conceição do Araguaia. A Igreja tem sua influência e poder de controle sobre a vida social local reduzidos com o rápido crescimento populacional causado pelo ciclo da borracha, no início do século (MELO, 1999, p. 35)

A CPT, aliada aos trabalhadores rurais juntamente a outros órgãos, iniciaram a mapeamento dos conflitos no campo. Mediaram juntamente a uma equipa técnica

especializada muitos entraves presentes no campo, assim na região em estudo, Pereira (2008) afirma que:

Na região Araguaia Paraense, a CPT e alguns párocos passaram, cada vez mais, a registrar e relatar de forma mais detalhada os conflitos e a violência pela posse da terra. Assessorias especializadas de advogados, agrônomos, técnicos agrícolas e cientistas sociais foram acionadas, além das práticas localizadas e do acervo documental, rivalizando, muitas vezes, com “especialistas” dos órgãos públicos. Registros dos conflitos contendo fichas, tabelas e relatórios com os nomes dos imóveis, de proprietários, datas, nomes de trabalhadores assassinados, de executores, de mandantes e o número de famílias envolvidas eram elaborados, sobretudo sob a lógica da denúncia (PEREIRA, 2008, p. 111).

Pereira (2008) endossa ainda a CPT, era atuante no trabalho de base, ou seja, na formação política, juntamente com uma mística, ligado aos símbolos do homem do campo eram utilizadas nas reuniões e missas a enxada e os produtos advindos do campo, aproximando assim cada vez dos princípios religiosos, de fé e política. A CPT criava assim estratégias para denunciar a violência do homem do campo, conforme ressalta o autor:

Uma das estratégias da CPT era a criação de delegacias sindicais¹⁶ em povoados e vilas localizadas nas zonas críticas de conflitos e a realização do “trabalho de base” com o objetivo de convencer os trabalhadores acerca da importância do sindicato e o seu controle. Esse trabalho ia desde estudos bíblicos e da legislação agrária a batizados e casamentos (PEREIRA, 2008, p.116)

Conceição do Araguaia foi fundada por religiosos, o nome da cidade é em homenagem à padroeira Nossa Senhora da Conceição, o que aproxima ainda mais a ligação entre ambos. O Assentamento possui duas comunidades, uma localizada no lote 5 da Joncon e outra localizada no lote 8, o que expressa o vínculo religioso dos camponeses, bem como representa o papel que as Comunidades Eclesiais de Base tiveram na territorialização do Assentamento Joncon/ Três Irmãos.

Com a ajuda dos camponeses, construíram a igreja Sagrado Coração de Jesus, localizada na sede do Assentamento Joncon/Três Irmãos. Primeiramente criaram uma comunidade, não tinha lugar fixo, faziam as rezas e orações nas casas dos moradores. O primeiro barracão da comunidade da igreja foi construído de palha. Com o passar o tempo a Igreja foi tomando forma.

Os camponeses com a contribuição de cada um e com o pouco que produziam ajudavam a comprar de materiais para a Igreja. Hoje a igreja representa um símbolo de

territorialidade para o Assentamento. A Igreja possui um barracão, onde é utilizado pelos moradores para realizar, festa religiosas, bem como discutir demandas do Assentamento. (*Fotografia 1*).

Fotografia 1-Igreja do Sagrado Coração de Jesus-Lote 8



Autor: Cassyo Lima Santos-11 de outubro de 2017

Devido à distância da sede da Igreja Sagrado Coração de Jesus, os assentados apoiaram a construção de uma comunidade, em uma das propriedades do lote 5 do Assentamento em estudo (*Fotografia 2*). Facilitando assim o acesso as reuniões e missas. Percebe-se o símbolo cultural que a Igreja representa para os camponeses. As igrejas representam para os trabalhadores não somente um local para profecias de fé, mas um local político onde centralizam-se ideias, e demandas a serem discutidas no desenvolvimento dos diversos lotes do projeto de assentamento.

Fotografia 2-Comunidade Sagrado Coração de Jesus-Lote 5



Autor: Cassyo Lima Santos-11 de outubro de 2017

3.3 O Papel dos Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no município de Conceição do Araguaia-PA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Conceição do Araguaia foi criado na década de 70 sobretudo pela necessidade de estruturar políticas advindas das demandas populares, porém a coordenação do STR estava sob comando de Bertoldo Siqueira que estava voltado para atender as demandas de fazendeiros e políticos da região. Segundo Pereira (2013, p 114):

O STR de Conceição do Araguaia foi criado, em 1971, com 213 associados. Em 1972 contava com 900 filiados. Entre 1975 e 1985, esteve sob intervenção militar. O seu presidente foi Bertoldo Siqueira Lira, ex-sargento da Aeronáutica. O STR não se envolvia nos conflitos e, quando o fazia, nunca estava do lado dos posseiros. Assim, as reivindicações dos posseiros normalmente não passavam pelo sindicato, mas, às vezes, pelo bispo, pelo padre e pela CPT, os quais já vinham desenvolvendo trabalhos nas comunidades de posseiros (PEREIRA, 2013, p.114).

Os conflitos nessa parte territorial do sudeste paraense foram marcados por diversos agentes, como Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos trabalhadores Rurais (STRs), bem como aparelhos do Estado, dentre eles o INCRA, Polícia Civil e Militar e Federal, promotores, juízes, pistoleiros entre outros grupos. Assim, violência, repressão, assassinatos, marcou e ainda marca a vida de trabalhadores que luta por terra na região sul e sudestes, nesta parte da Amazônia Oriental (PEREIRA, 2015).

Em entrevista com Felipe Alves Macedo(Filipinho) ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais narra:

O primeiro presidente do STR foi um senhor de José de Paula, aí ele saiu. Aí entrou o Valdeci, aí depois tiraram o Valdeci, e colocaram o Bertoldo, porque aquela época era época da ditadura militar, ele era um militar.. Pegaram e botaram ele para se o presidente do Sindicato, ele ficou 9 anos (Felipe Alves Macedo-Filipinho, ex presidente do STR e camponês do Assentamento, Joncon/ Três Irmãos, 10 de Janeiro de 2018).

Quando a mediação da Igreja e do STR, ressaltamos que a Igreja não esteve sempre ao lado dos trabalhadores rurais, somente após o Concílio do Vaticano II, conforme já narrado, a partir desse marco foi que o clero, missionários, e agentes pastorais iniciaram o trabalho de base e o apoio as famílias que migravam de diversas partes do território brasileiro. Outro fator marcante, que fez com que Igreja tomasse outros rumos

foram os aos altos índices de violência que aumentavam consideravelmente no Brasil, assim:

Pode-se dizer que o reconhecimento e a mediação da Igreja e do STR ocorreram como demonstrado, em razão das circunstâncias de marginalização dos trabalhadores rurais em face da violência em que foram submetidos e de seus investimentos político-pedagógicos nas comunidades de camponeses, ao mesmo tempo em que enfrentavam publicamente, sob riscos, inclusive físicos, os proprietários rurais e os aparelhos de Estado, assumindo uma posição contestatória, não somente no que concerne à objetivação de seus pontos de vista, como também ao processo de construção de um ator contestador, capaz de produzir a sua história mediante a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Para isso, os agentes de mediação não só desqualificavam os proprietários rurais e os representantes dos aparelhos de Estado, sob a ótica da denúncia, mas também pressionavam estes últimos a atender as reivindicações e demandas dos trabalhadores (PEREIRA, 2008, p.128)

Felipe Alves Macedo(Filipino), narra o embate que tiveram com o fazendeiro em Brasília, quanto as primeiras demandas para desapropriação das fazendas Joncon e Três Irmãos. Assim depois de inúmeras negociações, no ano de 1986 foi aprovado a criação do Assentamento, formando assim o PA Assentamento Joncon/ Três Irmãos. Na criação do assentamento fundiu-se duas fazendas, formando assim Joncon/ Três Irmãos, assim,

Logo nas primeiras batalhas virou uma confusão, porque o advogado do fazendeiro(...) eu acredito que o fazendeiro nem pensava mais nessa terra aqui, mas só que aí entrou alguns intermediários, querendo aproveitar daquela terra lá. Que era 6 lotes de 900 alqueires, que era cinco da Joncon. É um da fazenda Três irmãos., nos foi pro INCRA, mas aí não deu certo de negociar, porque nos tinha feito uma negociação da Pecosa, mas ai eles queriam que o pessoal ficasse do lado de cá da estrada, e o fazendeiro ficasse do lado direito estrada, mas estava tudo cheio de gente...estava tudo cheio de gente também. Pessoa que trabalhava na fazenda e foi tomando amore pela terra, igual eu falei aí não tinha jeito mais, aí eles não aceitaram. Ai o Dr, Asdrúbal, não lembro se ele era presidente do INCRA naquela época, ai falou não.. nós vamos ver com o ministro, isso já em Janeiro de 1986. Ai em Brasília, eu falei para ele o Nelson Ribeiro, ministro da Reforma agrária, essa pessoa estão tudo assim apavorado, aí nos foi lá na CONTAG, que é a Confederação dos Trabalhadores, ai ficamos lá espero a reunião. Aí o Dr. Asdrúbal chegou com um bocado de papel na mão, aí eu falei o que que foi Doutor. Ai ele disse: rapaz o homem com uma canetada só, desapropriou as duas fazendas..rapaz aí a turma começou a pular, lá dentro do ministério da reforma agrária.. por isso que é PA-Projeto de Assentamento Joncon Três Irmãos, porque duma canetada só, desapropriou as duas fazendas, muita gente nem sabe disso..uma era dos Carlos Gomes dos Reis, e a outro do Justiano Clímaco da Silva. isso em Janeiro de 1986. (Felipe Alves Macedo-Filipinho, ex presidente do STR e camponês do Assentamento, Joncon/ Três Irmãos, 10 de Janeiro de 2018 .

Na narrativa de Filipinho que foi presidente do Sindicato Rural do município de Conceição do Araguaia, quando iniciou o processo de ocupação para criação do

Assentamento Joncon/Três Irmãos. Filipinho foi ameaçado de morte no ano de 1987, conforme documento da CPT do ano de 1988. Pressionado, por políticos da região, ficou vários meses sem poder ir a sua propriedade, com medo de que pudesse ser acometido por algum tipo de violência.

O Sindicato dos trabalhadores rurais durante nove anos estava voltado para interesses individuais e voltado para o assistencialismo, principalmente para fazendeiros e políticos, que tinham na região grandes latifúndios. Sobre a atuação do Sindicato Clarionizia narra que:

Ela prestava mais assistencialismo. Nos associamos, quando chegou para ter consulta né? Tinha até a carteirinha dos meninos, porque ele dava, quando passou o sindicato, que pertenceu aos trabalhadores rurais né? Que pertenceu mesmo a classe, que começou a desenvolver o trabalho de organização, né? O trabalho do sindicato foi a partir e 85, aí foi a época que o Filipinho né.. Já tinha começado a luta, quando eles viram, começou a organização aqui no sul do Pará, não só o sul do Pará, nos, aqui abrangiu tudo, vários municípios, nós também tínhamos um trabalho muito forte de organização no sul do Pará, São Geraldo, Floresta do Araguaia, Bela Vista, então todo era ligado ao bico do Papagaio, né? Uma organização assim bem abrangente, muito forte né? Aí começou a perceber que o sindicato não estava fazendo o trabalho dele né? Estava sendo apenas assistencialista, não na parte de organização social, aí foi a época de organização social, aí morreu o Gringo, mas depois morreram outras pessoas. “Apoio da CPT e o sindicato dos trabalhadores rurais, o sindicato já era antigo, só que apoiava só fazendeiro. O sindicato pelego daquele que era pelego, apoiava só o fazendeiro. (Clarionizia Ferreira Batista, 11 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Nas falas dos interlocutores é possível perceber os primeiros contatos que estabeleceram com os frades, padres e freiras que faziam parte da CPT, como narrado na fala de Josué, ex-presidente da Associação da Colônia Joncon/ Três Irmãos:

Se não fosse a CPT, nós estávamos enrolados(...). Eu nasci em Cristalândia no Tocantins, que era Goiás, só que eu vim para o Pará eu tinha dois anos de idade, vim pra Santa Maria das Barreiras, aí de lá de Santa Maria eu vim para o seminário durante quatro anos, de lá fui pra Goiás velho, estudei mais quatro anos. Fiz o ginásio lá, Morei em Goiânia e em Trindade. Vim para o parazão em 77, ali pro Bom Jesus, numa terrinha lá, casei por lá, aí vínhamos pra cá em 83. Eu na época que vim para cá, era o GETAT, não era INCRA, que dava terra para os outro. Eles tiravam uma área, demarcava e dava, eu me inscrevi lá e nunca consegui terra, nunca me deram, nunca me chamaram. Aí eu resolvi ocupar aqui né? Junto com uma turma que já estava ocupando, aí vim para cá, e estou até hoje. No começo tinha resistência dos fazendeiros, né? E era o doutor Justiniano ele morava lá no Paraná para lá, mas aí tinha uma terra aqui daqui da beira do Araguaia a beira do Rio Arraias, 32km de terra, aí o advogado pegou essa questão pra tirar nós né? Ele entrou junto com o presidente do sindicato que era o Bertoldo, em vez de apoiar nós os

produtores, tava apoiando os fazendeiro, ai indo individualmente nos posseiro com advogado, fazendo os caba assinar um termo de desistência, eles pressionava individualmente, aí nós descobrimos a maracutaia deles. Aí reunimos, aí falou agora ninguém vai assinar isso mais não, aí ninguém assinou mais, e eles bateram o pé, estava querendo tomar mesmo, ocuparam a sede lá. A sede era abandonada, eles ocuparam a sede, nos reunimos uns homens lá e botamos ele para correr. Aí foi a época que nós entramos em contato com a CPT, formando a associação e a CPT, começou a dar assistência para a gente aqui com advogado, e reunido a gente para a organização. Quando foi já em 86, nós conseguimos a desapropriação da área, com a ajuda da CPT. (Josué Ribeiro de Oliveira, entrevista concedida em 12 de novembro de 2017-Assentamento Joncon/ Três Irmão-Conceição do Araguaia-PA)

Com as formações oferecidas pela CPT juntamente com a CEB (Comunidades Eclesiais de Base) o apoio a produção agrícola ganhou força, pois tinha formações em diversas áreas como, nesse sentido Clarionizia Ferreira Batista, afirma que:

Agora começou de novo ai, o negócio do abacaxi, não sei se tão indo pra frente, fazendo doce, essas coisas, mas tudo isso a gente aprendeu... começou pela CPT, o sindicato, a EMATER, na época, começou também o curso, mas quem foi mesmo na questão da organização do movimento foi a CPT, aqui foi a CPT, desde a época, a partir da época que criou a associação direto, foi até 90, 97...Aí entrou o outro Bispo..Aí a CPT não ficou mais aqui, mudou para Xinguara, diz que lá, precisava mais. Começou com Dom Pedro, assim chamava até os movimentos sociais, que chamava CEB né? (Comunidades Eclesiais de Base), então assim era a comunidade, era nesse sentido, então foi tudo isso, se reunia na igreja pra rezar..ligada à igreja é as comunidades. E a onde a gente se reúne para rezar, mas agora a gente não era só rezar. O compromisso nosso era ali nas reuniões, elas tinham uma reunião, ia para os conselhos na igreja, a gente já começava daqui, então tinha os miniconselhos, era assim né? A gente reunia as comunidades aqui da região chamada representantes discutia o que estava precisando para a comunidade. A gente saía de casa em casa, aqui a escola, tudo que foi criado aqui foi através desse movimento, porta porta...A Aninha, Manelão andava de pé nisso aqui oh...” ..(Clarionizia, entrevista concedida em 11 de novembro de 2017-Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Atuação da Comissão Pastoral da Terra no sul e sudeste do Pará teve grande importância. Primeiramente porque apoiavam os trabalhadores e segundo realizam formações de base, conforme narrado por Marizeht:

Nossa a CPT aqui pra nós, foi assim portas que abriu. A CPT ia na frente, e a gente atrás. Todas as formações aqui foi a CPT, a gente ficava era semana, as vezes até a gente imaginava, poxa será se a gente não tem o que fazer? trabalhava e as reuniões era lá na vila né? Mas a gente ia. porque a queria entender, aprender, o povo é muito unido..eu costumo falar o seguinte: eu tenho muita saudade da nossa Joncon de uns anos atrás porque agora todo mundo tem seu gado, sua casa boa, tem seu carro, e a gente não tem mais aquele tempo que a gente...Hoje meu filho é presidente da associação, e eu

agradeço a Deus, porque agora ele está ali, mas dando força, porque eu acho que nós tínhamos que preparar pessoas para o futuro e a Aninha sempre preocupava com isso, vamos preparar os jovens para o futuro. E a CPT deu todas as forças...Eu me lembro que uma vez nos estava num impasse, pra renovar a diretoria da associação, mas querer todo mundo queria, mas cabeça de chapa ninguém queria, aí vai aquele monte de gente, aí tinha uma grande assembleia, aí era um empasse que ninguém queria... Aí a Aninha pegou aí pediu a palavra, aí falou para gente, para todo mundo: olha e o seguinte a associação é de vocês, se vocês quiser uma associação firme e forte como sempre foi, alguém tem que assumir a direção dessa associação. Eu não posso, nós não podemos. Um de vocês tem que toma a decisão de assumir..., porque trabalho dá, com certeza, vai ter muito trabalho e apoio necessário...foi questão dela terminar o discurso apareceu a pessoa para encabeçar a chapa... Aí graças a Deus ocorreu tudo bem...não me lembro quem foi o presidente nessa época, mas eu não me esqueço do discurso da Aninha, do que ela falou, foi coisa simples. Nós formamos nossos grupos, porque não adianta tem grupo as comunidades, reunimos as comunidades e tomamos uma decisão, me parece que foi alguém do lote 5 ...e formou uma nova diretoria. A CPT para nós foi muito importante mesmo, todas as lutas, organizando, estava dando força... era preciso ir para o INCRA? CPT estava nos ajudando. Enfim a CPT pra nós foi de suma importância(Marizete-Camponesa do Assentamento Joncon/Três Irmão-Conceição do Araguaia-PA)

Padre Ricardo Rezende Ferreira atualmente professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuou no município de Conceição do Araguaia, por muitos anos, assim colaborava na luta junto aos camponeses, juntamente com padres, Assim Marizete narra que:

No início logo em 86, eu lembro que o primeiro padre que eu conheci foi o padre Ricardo. E foi na criação e no início da CPT, me parece, que foi o ano em que cheguei. Aí eu fui em Conceição para me sindicalizar, procurando algum movimento social. Lá conheci a dona Maria Pereira. A noite ela me levou na CPT, e me apresentou o padre Ricardo... ajudou muito, mas aqui mesmo no assentamento, que hoje ele não é mais padre, o padre Gaspar, ajudou muito a gente aqui nessa época, e antes do Gaspar...o frei Henri nos ajudou muito, juntamente com padre Lourenço. O frei Lourenço era mais lá na cidade, mas quando a gente precisava ele nos ajudava, mas que mais assim diretamente, parece que falava a nossa língua, foi o Gaspar, o padre Ricardo nas nossas necessidades. (Marizete de Jesus Santos-Trabalhadora do Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

Felipe Alves Macedo (Felipinho) endossa em suas narrativas que houve conflitos, porém, muitos conflitos foram velados, sobretudo porque eram apoiados por grandes fazendeiros. Tais fazendeiros tinha o apoio do STR, sobre o comando de Bertoldo Siqueira, assim:

Todos os conflitos que houve aqui, essas desapropriações de terra, houve algumas mortes. Acontece que a Joncon e a Três Irmãos, o fazendeiro não morava aqui, morava em Londrina, que era o senhor Justiano Clímaco da Silva. Ele tinha aqui cinco lotes de 900 alqueires, que é o lote cinco, seis, sete

oito e o vinte. E aí a fazenda Três Irmãos era do Carlos Gomes dos Reis que morava em Ribeirão Preto parece, já era uma outra fazenda. Aí nos foi fazer uma reunião em casa lote, aí era seis lotes. Aí o quatro já tinha muita gente dentro do quatro. O pessoal trabalhava para o fazendeiro e plantava roça, aí o pessoal começaram a fazer firmação, aí começaram a tomarem amor pelo pedaço de terra que eles trabalhavam.... E o fazendeiro não tirava eles, porque o fazendeiro, precisava deles, para trabalharem ali, para desenvolver a fazenda, e aí foi tomando amore, quando chegou no momento... aí eles resolveram ficar com a terra...mas não foi assim uma invasão, chegaram aí o lote quatro também, o lote quatro foi da mesma maneira, o pessoa trabalhava, só que aí quando bateram o pé, aí foi chegando mais gente, aí acabou de compor tudo aí foi um problema muito sério né ?.(Felipe Alves Macedo-Filipinho, ex-presidente do STR e camponês do Assentamento, Joncon/Três Irmãos, 10 de Janeiro de 2018).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais não esteve a todo tempo apoiando os trabalhadores Rurais. Bertoldo Siqueira por exemplo apoiava os fazendeiros e grupos políticos, voltadas unilateralmente para objetivos próprios. Desse movo Filipinho, narra que:

Aí o presidente do sindicato, o senhor de Bertoldo que era o presidente do Sindicato, durante 9 anos, né? Na direção do sindicato, mas só que ele era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, mas ele apoiava mais os fazendeiros, ele era mais ligado aos fazendeiros. Então assim, era um negócio muito... porque na verdade... porque isso eu fiz pergunta...(...) para juiz, para advogado muitas vezes.. Porque na verdade como é que um trabalhador rural vai viver sem terra? Eu fazia sempre uma comparação... O trabalhador sem terra a mesma coisa que criar peixe sem agua, não cria. Agora se a gente volta lá uns 15, 20 anos atrás, tem várias histórias que conta a história do tanto de terra que o governo do Pará, vendeu ou deu sei lá... é toda uma história. Conceição do Araguaia quando se trata da reforma agrária e o que aconteceu é muito complexo, eu que vivi, eu fique no sindicato durante 15 anos, presidente foi só três anos. Então eu acompanhei muitas coisas, aí quando nos foi fazer reunião em cada lote para tirar dois posseiros, né? A gente tratava de posseiro né? O cara já tinha casa, as plantações, o fazendeiro não importou de tirar ele, né? O próprio código civil, dizia assim: a pessoa tem o direito de posse, depois de um ano é um dia. Eu falei do caso da Pecosá, o cara com 25 anos dentro, aí o fazendeiro chegou e comprou a terra como um bocado de gente dentro, por isso que criava o conflito, aí falavam porque invadiram... Invadiram nada. O Governo foi que invadiu, sabe, pegou e vendeu as terras, ou deu sei lá. Com um bocado de gente dentro da Terra.... Felipe Alves Macedo (Filipino), ex presidente do STR e camponês do Assentamento, Joncon/Três Irmãos, 10 de janeiro de 2018).

A violência no do campo, sempre esteve presente no sul do Pará. Presidente de sindicatos, membros da igreja católica que possuem ligação com os trabalhadores rurais do campo foram e ainda são constantemente ameaçados. Pistoleiros sob comando de fazendeiros ditava a ordem na região, assim, Felipinho narra que:

Quando nos conseguiu, porque não foi eu não, eu estava apenas acompanhando eles, eu tinha uma terrinha lá perto de Campos Altos, que nos comprou lá, juntou seis famílias comprou oito alqueires de terra, caro, custemos para pagar esses oito alqueires de terra, aí eu estava cumprindo meu papel com presidente do Sindicato, eu estava representando a categoria, aqui do município de Conceição, Floresta também era município daqui. Ai, eu acompanhava por causa da minha obrigação. Ai quando nós resolvemos esse problema lá da Pecosá, que fez a permuta, aí desapropriar a Joncon, aí quanto foi no fim do ano que.... Tem todo um processo... aí quando desapropriou a terra, aí vem todo aquele processo o INCRA, vai negociar com o fazendeiro, o fazer as vistorias nas benfeitorias, que tem, ver quanto vale e negociar, aí depois que negocia tudo, ver quanto o governo federal tem que pagar para aquele fazendeiro. Aí desapropriou e saiu a emissão de posse, aí o fazendeiro oh, assina lá um documento emitindo a posse para a união, aí ela volta a ser uma terra devoluta, mas se o posso já está dentro dela, aí o INCRA, foi e começou a cortar as terras, fez as divisas lá. Isso mais ou menos, aí quando foi no final, eu não me lembro o mês, setembro, novembro por aí foi que saiu a emissão de posse, aí é que acaba o conflito, mas lá mesmo assim saindo a emissão de posse, os pessoais lá do outro lado começaram a cortar as pernas, aí foi preciso de. aí eu vim no INCRA. Aí conversei um tal de Lazinho, aí ele disse olha o conselho que eu dou para vocês é: -não vá lá não, lá tem oito pistoleiros, lá na sede da fazenda porque desapropriou só a mata, e ficou duzentos alqueiro que era o pasto da fazenda, beirando o rio Araguaia. Felipe Alves Macedo (Felipinho), ex presidente do STR do Assentamento, Joncon/Três Irmãos, 10 de janeiro de 2018).

Felipinho foi ameaçado de morte inúmeras vezes, principalmente quanto assumiu a diretoria do STR de Conceição do Araguaia. Em uma das situações não pode ter acesso a sua casa. A violência no campo nessa região é impulsionada pelo grande capital, que busca de todas as formas, expropriar o homem do campo. Dessa forma, as ameaças de mortes a lideranças sindicais, líderes religiosos, agentes pastorais, são frequentes nas regiões, assim narra que:

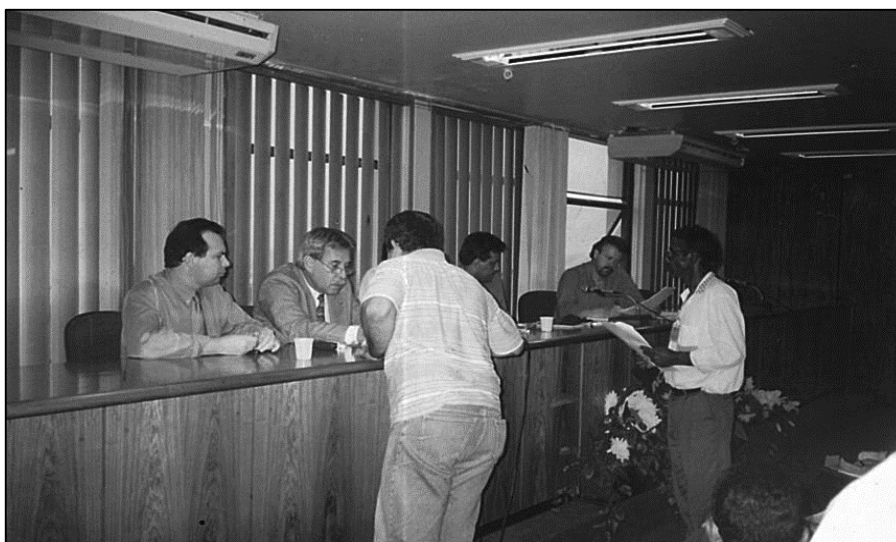
Como é que eu tive a coragem de assumir a cabeça dessa chapa, e em entrar no meio de tanto pistoleiro que tinha aqui... a gente sabe né? (silêncio...). Teve vezes de eu passar quatro meses sem poder ir lá em casa, lá na minha terrinha, eu estava batalhando nisso aí sem nem pensar em um pedaço de terra, depois que o pessoal lá. Essa área do lote quatro, que era a abertura da fazenda, aí depois que resolveu fazer as benfeitorias, ai foi que cortou e botou nós lá dentro, aí tirou 15 alqueires lá para minha mulher nós tem essa terra lá... Ai a gente não aquenta trabalhar mais, ela também já está bem de idade, ela tem 74 anos. Filipinho, ex presidente do STR e camponês do Assentamento, Joncon/Três Irmãos, 10 de janeiro de 2018).

Na mediação da violência CPT, INCRA, STR, atuaram na região e no Assentamento Joncon/Três Irmãos. Embora, nem sempre conseguiram os resultados esperados. Apesar das adversidades, os camponeses materializam os anseios de poder na terra cultivaram e tirarem o sustento para família.

Luís Carlos Batista (Tônico Preto), em suas narrativas endossa que para ter a posse da terra, tiveram que reunir grupo de 15 homens para ir a reuniões em diversas cidades, foram a Belém, Brasília, (*fotografia 03*)- do acervo de Clarionizia é possível identificar trabalhadores rurais levando demandas do projeto de assentamento para conseguir fomentos. Na foto temos Tônico Pereira entregando documentos referente as demandas dos trabalhadores.

Vale destacar que, durante todo o processo de reestruturação fundiária e em especial durante esse sub-período, o STR ganhou espaço enquanto ator político e passou a ser uma referência importante para encaminhamento das questões fundiárias. Dirigentes sindicais organizaram as reivindicações, estabeleceram canais com parlamentares em Belém e em Brasília, enfim consolidaram-se com interlocutores eficazes dos “ocupantes” junto a assistências do poder público (MELO, 1999, p. 76).

Fotografia 3-Trabalhador Rural entregando demandas do Assentamento Joncon em Brasília



Fonte: Acervo Pessoa de Clarioniza-Assentamento Joncon/ Três Irmãos

Na década de 90 com o Grito do Campo de 1992 e 1993, o Grito dos Povos da Amazônia em 1994 e o Grito da Terra em 1995 e 1999 contribuíram para dar visibilidade aos trabalhadores e trabalhadores rurais. Melo (1999) endossa que no município de Conceição do Araguaia:

O processo de reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia correspondeu a constituição dos “ocupantes” em atores políticos relevantes na sociedade local, a partir da sua capacidade de mobilização e pressão. Para isso, foi determinante o trabalho de agentes ligados à Igreja Católica, no sentido de estímulo à organização interna dos grupos e a construção de uma identidade coletiva, tendo como ponto de partida (e fator de retroalimentação) a busca de garantia da posse de terra e de concretização dos direitos relativos ao “

assentamento”. O STR de Conceição do Araguaia consolidou-se com principal interlocutor dos “ocupantes” ao passo que se multiplicaram associações como forma de representação local. Pode ser analisado esse processo com construção de uma classe dos lavradores, posseiros, trabalhadores rurais...), que passou a se inserir ativamente na dinâmica das disputas políticas locais, inclusive através de mediações político-partidárias específicas, independentes das principais forças locais e mesmo contrapostas a estas (MELO, 1999, p. 166).

Assim em Conceição do Araguaia por exemplo eram constantes passeatas, reunindo centenas de trabalhadores. Nessas passeatas eram discutidas as demandas sociais no campo como fomento, melhores condições para produção, sendo um espaço amplo para discussões (MELO, 1999).

3.4 Associação da Colônia Joncon/Três Irmãos

Na terra os trabalhadores rurais retiram o sustento para subsistência de toda uma geração. A terra para os Assentados do Projeto de Assentamento Joncon/ Três Irmãos representa toda uma longa história de sacrifício, que rememorada revela os motivos pelos quais simbolizam toda uma trajetória de vida na terra. Assim a terra representa o lugar da afetividade, onde plantam e colhem os esforços de trabalhos coletivos. Através das demandas dos trabalhadores, houve-se a necessidade de criar a Associação da Colônia Três/Irmãos. Esta Associação foi criada no ano de 1986 (*fotografia 4*). Uma das primeiras associações a serem criadas no Sul do Pará, juntamente com a Associação de Bela Vista, hoje município de Floresta do Araguaia-PA

Fotografia 4-Sede da Associação Joncon/ Três Irmãos-Lote 8 da Joncon-Conceição do Araguaia-PA



Autor- Cassyo Lima Santos, outubro de 2017.

A Associação da Colônia Joncon/Três Irmãos foi criada no dia seis de setembro de 1986. Na ata da criação da associação, ficou estabelecido que poderia ser associado aquele trabalhador que tivesse 100ha de Terra, bem com a taxa mensal ficou no valor de 20 cruzados. Tendo como Diretoria Presidente: João Batista Carvalho com 45 votos. Tesoureiro João Batista Moreira com 24 votos. Secretário Pedro Gomes da Silva. Como 1º suplente da diretoria Antônio dos Santos, 2º Izacarias Coutinho, 3º Cícero Brandão dos Santos. Suplentes do Conselho Fiscal: 1º Pedro Alves Moreira, 2º Pedro Teixeira de Brito, 3º Odesvaldo Rodrigues da Silva. Conselho fiscal 1º José Fernandes de Souza, 2º Luiz Carlos Batista, 3º Joaquim Gomes de Oliveira.

Uma das primeiras ações coletivas da associação foi a compra de um Trator e a escolha de comissões para coordenar alguns programas do governo federal. Através da associação também foram solicitados aos órgãos competentes construções de casas de alvenaria. A associação permitiu ampliar as demandas dos trabalhadores, colocando em debate projetos coletivos. Como exemplo na ata da Associação é possível analisar os projetos em discussão como a implantação do projeto de custeio agrícola do PRONAF A, C e D e discussão para implantação da recuperação de assentamentos.

A associação bem com as reuniões realizadas são estratégias que facilita a comunicação entre os camponeses. Assim a associação, funciona como um espaço comunicativo, ou seja, os assentados, em parceria com órgãos ligados a gestão do campo, organizam-se coletivamente e pensam as demandas advindas do trabalho no campo, Fabrine endossa que:

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação de uma identidade social. A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que pode ser a igreja, sindicato, escola, etc. Os assentamentos organizados em núcleos e grupos de assentados também se constituem num lugar de comunicação e socialização política (FABRINE, 2002, p. 85).

Percebemos a afetividade pela terra, quando os moradores apresentam as conquistas que tiveram ao longo de toda uma vida, apesar dos entraves, mostram-se otimistas. Mesmo que o sistema político brasileiro, está voltado para interesses unilaterais, o que desestrutura o trabalho do homem do campo. Desestrutura toda uma luta marcada pelos anseios de poder produzir o alimento diário. Nesse sentindo a partir do trabalho de campo nos assentamentos, percebe-se os sentidos que fazem a luta ser uma constaste.

A (*fotografia 05*) representa uma das primeiras conquistas de créditos liberados pelo governo federal. A carroça foi uma conquista da Associação da Colônia Joncon/ Três Irmãos. Este meio de transporte contribuiu para o escoamento da produção, vindo da agricultura de subsistência.

Fotografia 5-Primeira carroça conquista pela Associação Colônia Joncon/ Três Irmãos



Autor- Cassyo Lima Santos- 12 de outubro de 2017

Nota-se a territorialidade quando os trabalhadores rurais mostram as conquistas que tiveram no decorrer do processo de territorialização (*fotografia 06*). Uma trabalhadora ao ser questionada sobre o que simbolizada a terra, ela demonstrou através dos cultivos, da produção que eles tinham, mesmo enfrentando dificuldades na produção e escoamento do que produzem, assim, essa narra que:

“Vim de Patos de Minas[...] foi aqui que criei meus filhos, cheguei aqui, e casei, era muito sofrimento, mas daqui dessa terra criei meus filhos, todos moram longe, esse aqui oh(aponta para o filho mais novo), é formado em técnico em agropecuária, mas foi dessa roça que crie, todos eles[...] filhos bons. Tudo aqui foi plantado[...]aquele pé de laranja enflorou ano passado, mas não vingou [...] aqui é difícil, mas gosto dessa terra.” (Assentada-), 02 de agosto de 2017-Assentamento Joncon/Três Irmãos)

Fotografia 6-Territorialidade presente no cultivo-Pé de Laranja



Autor- Cassyo Lima Santos, outubro de 2017.

A partir das demandas dos camponeses, bem como através de inúmeras formas de protesto, os trabalhadores conseguiram mesmo com entraves se destacar na produção de diversos tipos de cultivo. Há uma grande produção de diversas culturas no assentamento, como o cultivo de abacaxi, (*fotografia 7*) que nos últimos anos aumentou consideravelmente. Primeiro porque o Assentamento sofre influência do município de Floresta do Araguaia-PA, sendo um dos polos que mais produzem abacaxi no Brasil, e é o primeiro do Estado do Pará.

Fotografia 7-Lavoura de Abacaxi-Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor- Cassyo Lima Santos- 12 de outubro de 2017

O assentamento também destaca-se na produção de farinha, sendo um dos maiores produtores de farinha da região Sul do Pará. Grande parte da farinha produzida nas propriedades são vendidas na Feira Coberta do Município de Conceição do Araguaia-PA, bem como em regiões circunvizinhas (*fotografia 08 e 09*):

Fotografia 8-Produção de Farinha-Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor- Cassyo Lima Santos- 12 de novembro de 2017

As fotografias segundo Martins (2009) é uma forma de captar o movimento dos sujeitos sobre o espaço. A fotografia expressa, texturas, sentimentos, histórias de vidas. Assim, na *fotografia 09* temos o trabalho intenso de uma família produzindo farinha no ano de 1988.

Fotografia 9-Produção de Farinha, outubro de 1988



Autor- Fotógrafo, João Ripper- Acervo CPT-Xinguara- outubro de 1988

A partir da manipulação da mandioca é produzindo diversos outros produtos, como farinha, beiju, e o tucupi (*Fotografia 10*). O tucupi, líquido gerado a partir da mandioca. É bastante utilizado na cultura paraense, principalmente para molhos de pimenta, bem como para no Pato com tucupi, Tacacá, pratos típicos bastante consumidos da região.

Fotografia 10-Extração de Tucupi-Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor- Cassyo Lima Santos- 12 de Novembro de 2017

3.5 Vila do Assentamento Joncon/Três Irmãos

A vila Joncon como é popularmente conhecida, tem grande importância para os trabalhadores rurais do projeto de assentamento, pois facilita o processo de aquisição de mercadorias, nas mais diversas formas: gasolina, produtos alimentícios, insumos agrícolas como sementes, rações, bem como maquinário agrícola, entre outros.

A vila possui equipamentos urbanos como, supermercados, lojas de roupas, posto de gasolina, salão de beleza, farmácia, escola, quadra poliesportiva igrejas, *lan house* (espaço com acesso à *internet*), oficinas de motos e bicicletas, sorveterias padarias, bem como existem a realização de troca de produtos e comercialização do produzem nos assentamentos em uma feira que acontece aos sábados.

Os trabalhadores rurais endossam a importância da vila para o cotidiano deles, porém reforça que a violência na vila aumentou nos últimos anos. Nas narrativas percebe-se que há insatisfações, principalmente quanto a ação de políticas no assentamento. Afirmam ainda que embora o assentamento possua esses entraves, os moradores mais antigos não pensam em se deslocar do assentamento para a vila ou para a zona urbana do município de Conceição do Araguaia, pois veem que as terras para eles simbolizam a trajetória espacial que percorrem, para terem o acesso à terra, e poderem a partir dela terem uma vida com recursos essenciais a vida, como bem destacado por eles, como o direito de posse da terra e os bens materiais e imateriais conquistados ao longo do tempo.

O assentamento segundo dados da Associação e dos moradores possuem 380 famílias assentadas, distribuída dos seis lotes que compõem o assentamento. Conforme o tempo passou aglomerou-se no lote 8 uma pequena vila (*Fotografia 11*). Nesse pequeno povoado existem alguns equipamentos urbanos.

Fotografia 11- Vila Lote 8-Assentamento Joncon Três Irmãos



Fonte: Google Earth-11 de março de 2018.

Os equipamentos da vila foram conquistados a partir da demanda e de manifestações contínuas. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova República é um exemplo (*Fotografia 12*). A escola atende a uma alta demanda de alunos do Projeto de Assentamento Joncon/Três Irmãos, bem como atende a Projeto de Assentamento Vizinhos.

Fotografia 12-Escola Fundamental de Ensino Fundamental Nova República-Lote 8



Autor-Cassy Lima Santos-11/11/2017

A escola municipal Nova República oferta através do ensino regular da primeira série do fundamental ao 9º. Possui nove salas de aula, com 13 professores. Mais de 80 % da gestão escolar são contratados. Na vila do assentamento há também quadra poliesportiva (*fotografia 13*), construída no ano de 2013. Assim o trabalhador tem a oportunidade de verem seus filhos frequentando o ambiente escolar e quadra poliesportiva, pois atende a toda a comunidade.

Fotografia 13-Quadra- Poliesportiva – Lote 8-Assentamento Joncon Três



Autor-Cassy Lima Santos-11/11/2017

A Vila Joncon tem uma grande representativa de para os assentados, pois facilita a comercialização do que produzem nas propriedades. Aos sábados pelo período da manhã ocorre a feirinha, onde são comercializados produtos advindos da agricultura familiar.

Procurando formas de renda para as famílias criou-se através inicialmente de um pequeno grupo a realização de uma feirinha que acontece aos sábados pelo período da manhã no Lote 8, onde fica a sede do Assentamento. A feirinha ainda não tem uma estrutura. A feirinha foi iniciativa da Associação da Colônia Joncon. Uma das insatisfações na fala de uma camponesa está na desmotivação dos assentados para produção agrícola. São comercializados produtos advindos da agricultura familiar como alface, couve, maxixe, jiló, quiabo, mandioca, gueroba. Assim na narrativa de Marizete:

A feirinha ocorre todo sábado, só está coberto ainda por enquanto, o que nos imaginou... na época que nós pensamos o seguinte...é aqui está muito desmotivado essa questão do pessoal... aqui de produzir, acho que ficou assim uma região mais antiga, todo mundo tá sobrevivendo mais do leite, vendendo leite, ai tira o leite, aparta o gado a tarde, amanhã tira o leite ai vai em Conceição e compra o que precisa..."Ai na época eu era diretora da associação, aí pensamos, vamos formar uma feirinha aqui? Porque vai incentivar as pessoas a produzir, aí, então vamos...nos compra banana, até pimenta de cheiro o pessoal comprava, aí as pessoas lá na vila, falava, gente tem hora que a gente quer uma pimenta de cheiro e não acha para comprar, porque quem tem o pé de pimenta não vai botar uma vasilha de pimenta e sair de casa em casa vendendo por exemplo né? e na feira não, todo mundo vai lá e leva, não então vamos...Ai a gente tomou essa iniciativa ai no primeiro momento, nós fizemos de palha, ai antes de um ano, nós já derrubamos aquela barraca de palha, ai já fizemos aquela cobertura, mas nos tem um projeto de terminar, ai eu estou tentando ai, eu que estou ai na frente dessa feira pra ver se a gente consegue dá uma melhorada ... agora está fraco,, porque muito seco, então as pessoas não tá produzindo muita coisa..eu nunca vi uma seca igual a seca desse ano não.. A feirinha tem três anos, foi criada em 7 de setembro de 2015. O que as pessoas produzem e levam vende. T tem gente que leva cheiro verde, pimenta de cheiro, alface, couve, maxixe, jiló, quiabo, essas coisas, mandioca, você acredita que agora nós estamos em falta com mandioca na feira? Essas coisas guerra... (Marizete de Jesus Santos-Trabalhadora do Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA- 11 de novembro de 2017).

Verificamos nas propriedades visitadas que os camponeses retiram o sustento a partir de uma diversificação na produção. Criam gados, porcos, galinhas, cultivam hortaliças. Nos últimos anos houve um aumento no cultivo do abacaxi. Produto bastante cultivado da região, apesar do pouco incentivo para a produção. Josué, narra que:

No começo era arroz, milho e feijão, pensa numa terra que era boa para o feijão essa terra minha aqui, teve uma época que aí que nos colheu, 42 sacos de feijão de arranca, milho? Eu plantava daquele milho branco, seleciona três espigas da maior dava um livro de mim, para ver o tanto que era boa terra, né? Da bom, né? Para milho, para feijão, arroz e hoje já não dá mais nada, a gente planta, fica bonito, mas não vinga, aí paramos até de plantar porque não compensa, uma que as matas reduziram muito, né? Aí os bichos atacam a roça: é Cutia, Macaco, Catitu, curica, papagaio, todo trem dá prejuízo aqui, não compensa mexer com lavoura mais não, a não ser que seja uma lavoura muito grande, né? “Aí eu procurei diversificar, já que não estava dando mais, eu tenho uma boa reserva aí, tem uns 16 alqueires de mata ainda, aí eu comecei a mexer com abelha, tenho um criatório de peixes, produçãozinha de polpa de fruta, caju acerola, tamarindo, um bocado de coisa plantado, murici, cajá, caju, um pouquinho de cupuaçu... no começo a gente mandava para cooperativa né? Pra COPAG, aí a COPAG, perdeu o convenio com acaso que eles exigiram que fosse uma coisa mais padronizada, maquinário melhor, aí a FUNASA não quis mais receber da COPAG, aí nós conseguimos entrar na concorrência da prefeitura, para ir entregando para merenda escolar a polpa, mas foi pouco, compra mais é coisa industrializada... (Josué Ribeiro de Oliveira, entrevista em 12 de outubro de 2017-assentamento Joncon/Três Irmãos)

A agricultura camponesa ganha destaque no Assentamento Joncon/Três Irmãos. A criação de abelhas (apicultura) no Assentamento deu-se a partir de cursos ofertados a partir da parceria entre STR, CPT e EMATER. (Fotografia 14):

Fotografia 14-Apicultura-Lote 4- Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor-Cassy Lima Santos 12 de outubro de 2017

Várias expressões culturais e territorialidades podem ser visualizadas no Assentamento Joncon/Três Irmãos. Destaca-se não somente a produção agrícola no Assentamento. A produção têxtil ganha destaque com as mulheres camponesas que desenvolvem, rendas, redes, roupas (Fotografia 15 e 16):

Fotografia 16-Tear-Produção Têxtil-Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor: Cassyo Lima Santos 11/01/2018

Fotografia 15-Almofada para fazer renda-Atividade produtiva no Assentamento Joncon/Três Irmãos



Autor: Cassyo Lima Santos 11/01/2018

Nas narrativas dos moradores do projeto de Assentamento, eles afirmam que era muito difícil ter um acompanhamento de empresas de assistência técnica para poderem realizarem seus cultivos de forma tranquila e eficiente, evitando assim que com por algum motivo climatológico, pedológico ou por manifestação de pragas, perdesse suas produções. Mas há relatos também, em que muitos plantios não havia o acompanhamento. Uma trabalhadora rural narra que após eles recebem o financiamento do PRONAF, necessitava que houvesse a vistoria de um profissional para acompanhar o cultivo de produção de arroz, que durante muito tempo foi um dos produtos mais cultivados do projeto de Assentamento Joncon/Três Irmãos. Porém quando o técnico veio para dar assistência já haviam colhido e ensacado todo o arroz. Há sim como há diferentes modos de vida presente no assentamento, há diversas formas de produção. Com incentivo da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), CPT e outras instituições conseguiram realizarem cursos para os camponeses porém diversificar sua produção (*Fotografia 17*).

Fotografia 17-Presenta de Hortaliças no fundo dos quintais-Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor: Cassyo Lima Santos 11/01/2018

A criação de porcos e de galinhas estão presentes em grande parte das propriedades visitadas. Parte do que é criado nos assentamentos é para própria alimentação, outra parte é comercializada na Feira Aluísio Damasceno, no município de Conceição do Araguaia (*Fotografia 18 e Fotografia 19*):

Fotografia 18-Criação de Galinhas da Angola



Autor: Cassyo Lima Santos -12 de outubro de 2017

A partir desses pequenos cultivos e criações diversificadas, os trabalhadores territorializam, seus sonhos. Porém é recorrente em suas narrativas a ausência ou a ineficiência de assistência técnica no Projeto de Assentamento Joncon/ Três Irmãos.

Fotografia 19-Criação de Porcos-Assentamento Joncon Três Irmãos



Autor: Cassyo Lima Santos-12 de outubro de 2017

Os trabalhadores relatam que na área do projeto de Assentamento, as chuvas ocorriam com maior frequência. Percebe-se o conhecimento empírico que os trabalhadores possuem quanto ao uso da terra. Eles relatam que com o trabalho no campo, aprenderam a compreender “os sinais do tempo”, como os períodos chuvosos por exemplo. Aprenderam também com os mais idosos e cursos oferecidos entre parcerias entre empresas de assistência rural e pela Comissão Pastoral da Terra a cultivar determinadas espécies, bem como o mês mais adequado e o tipo de solo ideal.

A calmaria da zona rural, os recursos para subsistência, o alto custo para viver nas cidades, bem como a violência, entre outros motivos, fazem com que os mais idosos permaneçam no projeto de assentamento. No período das entrevistas os trabalhadores enfrentavam um período com baixa precipitação, bem como muitas produções estavam correndo o risco de morrerem por ausência de água. Assim nota na narrativa de Adnila: *“A terra significa tudo para mim tudo, porque eu não vou sair daqui só pra outro lugar só, só quando Deus me levar... porque pra onde nos vai mais? Né?, Esse negócio de chuva fraca estar em tudo o quanto é lugar”* (11 de outubro de 2017). Assim percebe-se que a terra representa o lugar de conquista, simbolizando o vínculo com o lugar.

3.6 A terra como símbolo: os sentidos e significados da terra para os Assentados

Segundo Tuan (2013) o lugar é o espaço da afetividade, sendo marcado pela percepção, experiência e valores, pois sentir o lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros. Para Santos (2008, p. 212) “os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”, endossando o que os argumentos de Tuan (2013, p.151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significação”, ou seja, o lugar é pensando de inúmeras formas e sentidos. Aguçar a subjetividade é um ponto essencial para compreender os sujeitos e sua atuação sobre o território e sobre o espaço.

No livro “Sociabilidade do homem simples” José de Souza Martins, traz a simplicidade do homem do campo, em que ressalta que mesmo com as adversidades que estão contra o ritmo de vida deles, não se deixam (MARTINS, 2017) Percebemos mesmo tendo eletricidade, a água fria no pontes e filtros de barro não saem do percurso de vida. É oferecido aos visitantes, água da geladeira, já a água consumida diariamente pelos camponesas é potável e armazenada em potes de barros (*figura 20*).

Assim esse é um modo de vida presente na área de estudo, e pode ser compreendida pela cultura. Assim, a cultura pode ser entendida de diversas formas, para

Laraia (1986) endossa a discussão enfatizando que as civilizações se espalharam e se perpetuaram pelo uso de símbolos, pois o exercício de simbolização, cria a cultura, portanto toda cultura depende de símbolos, pois: (...) em seu amplo sentido etnográfico cultura é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1986, p.25).

Para entender o sentido da terra e as suas plurissignificações, problematiza-se o vínculo de afetividade que determinados sujeitos mantêm pelo espaço que ocupam, ou seja, tornando o espaço como lugar. “Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, “espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa com espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e dotamos de valor” (TUAN, 2013, p. 14). Assim o cheiro, os sons, o tato, permeiam a criação de sentimento pelo lugar.

Fotografia 20-Filtro de Barro- Não deixou de estar presente, mesmo com a energia elétrica-



Autor- Cassyo Lima Santos- 11/10/2017

Na narrativa da camponesa abaixo nota-se presente os sentidos que terra representa para ela, o que simboliza a materialização de um sonho a migração de

A terra para sim significa tudo. É principalmente nessa aqui. Eu amo esse lugar, porque meu sonho era ter um pedaço de terra, o incrível é que eu sonhava com a terra que tivesse água, mas Deus não me deu essa terra que

tivesse água um sonhava, tem de poço, e tem uma aguinha lá no fundo que só dá para o gado. Nossa terra é seca na verdade, mas eu amo essa terra, significa a mãe para mim, tudo. Igual eu falei e repito, para mim é a terra prometida, onde jorra leite e mel, agora esse leite e mel não vai jorrar se não se esforçar, se seu trabalhar com certeza eu vou ter, mas se eu não trabalhar como é que a gente vai ter alguma coisa. Então pra mim, a terra significa muito, e sustentabilidade, agora é preciso colaborar, e nossa briga maior é essa questão..(JARDA, 11 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA).

A luta pela terra se expressa na narrativa de Clarinizia Ferreria Batista, onde o anseio de possuir a terra e poder criar seus filhos e netos. Percebemos a afetividade que ela possui com a terra, quando expressa que plantou o pé de mogno para que seus netos possam colher os frutos do trabalho realizado ao longo do percurso da terra. Assim a terra simboliza a materialização de um sonho:

O que eu pensava aqui eu quero morar, eu quero viver, quero criar meus filhos, quero...ali em baixo num pé de mogno que eu plantei, ta grande meus netinhos, eu disse o meu filho, aqui é pra você, fazer os móveis de vocês, quando eu morrer, minha avó que plantou....então assim é interessante a questão da gente na terra...a gente pensar que poderia ser diferente, todo mundo agora, porque na onde que falta? Onde que faltou, eu consigo ,, mas ao mesmo tempo eu volto, mas só que eu lembro, do meu pai como arrava a terra, vamos trabalhar diferente....(Clarionizia, 12 de outubro de 2017-Assentamento Joncon/Três Irmãos)

Nas entrevistas, recebemos um poema produzido pelo filho de Marizethe, que em busca de melhores oportunidades de trabalho, teve que migrar do Assentamento. No poema(epígrafe desse trabalho) ele retrata o processo migratório quando saíram da Bahia e o vínculo de afetividade com o lugar, assim endossa o que Tuan(2013) enfatiza, pois o espaço torna-se alugar à medida que dotamos ele de valor.

Mas, por quer permanecer em regiões onde as contradições espaciais e os conflitos pela terra são aflorados? É nela que as famílias se territorializam, tiram seu sustento, criam seus animais, formam seus filhos. O espaço, torna-se lugar, pois a afetividade expressa o sentimento que os sujeitos dão ao seu local de vivência, seja de seus animais, sua casa, suas ferramentas de trabalho, o pé de laranja, o cultivo de mandioca, o pé de caju que esperou meses para florescer, são esses sentidos que estão imbricados nos sujeitos e se projetam na terra. Nesse viés a cultura pode ser percebida como a produção de significados. Enxergar essas perspectivas da experiência dos sujeitos e desvendar o olhar sobre o território, lugar e sobre a cultura. Cultura não é estaticidade, é movimento é vivência, ou seja, é um conjunto de sistema simbólico criados pelos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular teorias, fatos, narrativas é sem dúvida um exercício que exige uma grande capacidade reflexiva sobre os diversos campos do conhecimento. Assim, o presente trabalho buscou partindo de um diálogo teórico/epistemológico uma construção reflexiva sobre o agrário brasileiro.

Nesse sentido a análise permitiu uma construção interdisciplinar, tendo como matriz a ciência geográfica, porém em constante diálogo com a história, a antropologia, a sociologia, a política, sempre no exercício de uma construção crítica sobre o território.

Analisar os fenômenos territoriais, é compreender nuances percorridos pelos sujeitos na permanência e na luta pela terra. Esses sentidos são simbolizados a partir do cotidiano, do vínculo e do contato com e sobre a terra, pois ao criar símbolos percebem-se culturalmente.

Como marca do território no Brasil, as terras sempre tiveram um destino certo, um grupo minoritário que detém o poder político e econômico. Assim, a partir da década de 1960 intensificou-se a migração para a região norte do Brasil, intensificando a ocupação no sul do Pará. Migrantes vindo de diversas partes, principalmente, Maranhão, Piauí, Goiás, Minas Gerais, entre outros.

Os motivos pelos quais migraram são os mais diversos, como por exemplo, a diversidade climática da região nordestina em períodos de estiagem, bem como pelos incentivos do governo federal

Nesse sentido em meio a conjuntura política nos anos de 1970 e 1980, tais sujeitos, na luta pela terra no sul do Pará enfrentaram um grande jogo político e econômico, com o objetivo de possuir o direito de terra no assentamento Joncon/Três Irmãos.

Assim tramar a trajetória do território e das territorialidades na localidade em estudo e perceber as várias Amazôniaas que existem dentro desse território, ou seja, é dar significados ao sujeito em suas pluralidades. Compreender as múltiplas territorialidades presentes na Amazônia, vai muito mais além do que essas primeiras análises que está pesquisa se propôs a fazer. É necessário inquietar-se no sentido de aprofundar o debate iniciado acerca do processo de territorialidades presentes no Assentamento Joncon/Três Irmãos. Pois nessa parte da Amazônia oriental encontra-se inúmeros contrastes sociais, políticos e econômicos, bem como múltiplas formas de expressões culturais e territoriais.

Os percursos, as relações e os fios da formação territorial e espacial do Assentamento revela uma historiografia marcada pela expropriação do homem do campo, conforme Martins endossa, em toda sua literatura. Mas também nota-se que o trabalhador rural coloca-se com uma agente político na busca pela garantia de seus direitos. Ressalta-se que a igreja e a exemplo da CPT, tiveram grande papel na formação de base para os camponeses, realizando cursos e mapeando os conflitos no campo.

O Assentamento Joncon/Três Irmãos está sendo territorializado, há mais de três décadas, nesse viés quando enfatiza-se a luta pelo homem na terra, procurou-se olhar os sentidos que os fizeram resistir e enfrentar os mais diversos tipos de poder, presentes no território em estudo. Ressalta-se que a luta pela terra não encerra somente com a legalização do projeto de assentamento, mas outras lutas, ainda permanecem, como por exemplo, ter uma infraestrutura básica para desenvolver os diversos tipos de cultivos.

Esta pesquisa nos mostra que, há a necessidade de um aprofundamento teórico e empírico, para que possamos compreender o movimento do território e das territorialidades, sobretudo pautado pelos trunfos do poder. E necessário o aprofundamento teórico. Ir a campo, ouvir as narrativas dos sujeitos, vivenciar e sentir os anseios e os símbolos construídos por tais indivíduos na luta pela terra. Perceber a afetividade que tais sujeitos possuem pelo lugar é compreender seu modo de vida, notando-se que a terra tem múltiplos usos, e para cada agente ela possui um significado.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**: 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Uso e abusos da história oral**. Coord.-8º ed.-Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

CANUTO, Antônio [et al]. **Conflitos no Campo** – Brasil 2016 - Goiânia: CPT Nacional-Brasil, 2016.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: 1995.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

FABRINE, João Edmilson. Latifúndio e Agronegócio: Semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada** – vol. 9 n.1, Junho/2008.

FABRINE, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 18, n.19, p. 75-94. Jul/dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, nº 1, pp. 16-36, 2004.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST.** São Paulo: MST, 1998.

_____. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Araguaia Paraense: conflito e morte.** Rio de Janeiro: CPDA, 1998.

FIORIN, José, Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Org e trad. Roberto Machado-Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: **Usos e abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

IBGE. Conceição do Araguaia. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/conceicao-do-araguaia>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses.** Teologia da Libertação e sociais no campo. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

KAUARK, Fabiana da Silva *et al* [...]. **Metodologia da pesquisa: guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3º ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito** antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEFÉBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Ediciones Península, Barcelona, 1976.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

LOUREIRO, Violet Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 2ed. Belém: Cejup, 2004.

LUZ, Isaú Coelho. **Rastros e pegadas**. Goiânia: Kelps, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**-Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência**: a questão política no campo. Hucitec, São Paulo, 1980.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins humano. 2º ed.-São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **O Cativo da Terra**. 9ºed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Sociologia e fotografia da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, Aloísio Lopes Pereira. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento**: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia-PA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Maio/Ago. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A Amazônia norte-matogrossense: grilagem, corrupção e violência” Tese de Livre Docência-FFLCH/USP, São Paulo, 1986.

_____. **A geografia das lutas de campo**- 6º ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados** 15 (43), 2001.

_____. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Editora Papyrus, Campinas, 1987.

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos, e Medicação: A atuação da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Estado na questão agrária, no sul do Pará. In.: CAVALCANTE, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. **A história e suas práticas de escrita**: relatos de pesquisa. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____. A igreja Católica, o sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado. **Ruris**, v, 2, n, 2, set. 2008.

_____. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, Pere. PEREIRA, Airton dos Reis. PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990. **Tempos Históricos**, v. 8, 2º Sem. 2014 p. 337-365.

POMBO, Olga. **Práticas interdisciplinares**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**s. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

QUAINI, Massimo. **Storia, geografia e territorio.** Sulla natura, gli scopi e i metodi della geografia storica, *Miscellanea storica Ligure*, 6, 7, 1974.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Territorialidade humana:** sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da Divergência e da confusão em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET; SAQUE, Marcos Aurélio. **Território e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Expressão Popular. Coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TERENCE, Marcelo Fernando. **Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: um estudo a partir do projeto de Assentamento Canarana.** (Dissertação de Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência.** Londrina: Eduel, 2013.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO-
PPGCULT**

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador do RG. _____ e CPF: _____ estou ciente da pesquisa de Cassyo Lima Santos, mestrando do curso de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins/Campus de Araguaína, intitulada: Relações, percursos e fios: luta pela terra, conflitos territoriais e territorialidades do Assentamento Joncon Três Irmãos-Conceição do Araguaia-PA

Tenho ciência que minha participação na referida pesquisa é voluntária e sei que posso desistir da mesma a qualquer momento, sem nenhum prejuízo a minha pessoa, bem como não terei nenhuma despesa e também não receberei nenhuma remuneração para participar da mesma. Sei que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas minha identidade não será divulgada sem minha autorização, sendo guardada em sigilo, caso eu não queira me identificar.

Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os meus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, eu poderei entrar em contato com o pesquisador no endereço e-mail: cassyosantos@hotmail.com, ou pelo telefone (63) 981337535. Diante do exposto afirmo que minha participação é voluntária e sem fins lucrativos. Por isto autorizo que meus dados sejam:

- () Entrevista gravada e com a divulgação do meu nome.
- () Entrevista gravada e sem a divulgação do meu nome.
- () Entrevista não gravada e com a divulgação do meu nome.
- () Entrevista não gravada sem a divulgação do meu nome

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

